

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Faculdade de Educação**  
**Curso de Graduação em Pedagogia**

**Educação Profissional e Técnica no Brasil contemporâneo: Desafios,  
tensões e possibilidades.**

**Antônio Carlos Victorio**  
**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nara Maria Pimentel**  
**Brasília – 2013**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Faculdade de Educação**  
**Curso de Graduação em Pedagogia**

**Educação Profissional e Técnica no Brasil contemporâneo: Desafios,  
tensões e possibilidades.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nara Maria Pimentel, UnB.**

**(ORIENTADOR)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Girlene Ribeiro de Jesus, UnB.**

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Remi Castioni, UnB.**

**Brasília/2013**

Aos meus avós, pais, filhos, companheiras e companheiros,

com eles aprendi o que é importante.

## RESUMO

Este trabalho monográfico é requisito da disciplina Projeto V (trabalho de conclusão de curso – TCC), para o semestre de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília – UnB.

É uma análise do Ensino Profissional no Brasil. Traz um breve resgate histórico dessa modalidade desde o período colonial até o período contemporâneo, no âmbito da responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e, subsidiariamente, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Levanta as políticas públicas atinentes a essa modalidade, no Plano Nacional de Educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. – DCNEPTNM em suas conexões com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O estudo deste programa contemporâneo é aprofundado quanto a sua concepção, alcance social, as suas estratégias de operacionalização envolvendo entes públicos e privados, e o seu financiamento com recursos públicos. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico da base legal dessas políticas públicas e das ações governamentais. Conclui indicando as distorções do programa quanto a sua estratégia principal, que é de apoiar-se em soluções de mercado para a o ensino profissional voltado para as necessidades do desenvolvimento da economia brasileira.

Palavras chaves: Educação Profissional. Plano Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais. PRONATEC. Sistema S. Financiamento público.

## Abstract

This monograph is a requisite of the discipline Project V (course conclusion report-CCR), for the final semester of the course of Pedagogy at the University of Brasília – UnB.

This study is an analysis of the vocational education in Brazil. It gives a brief historical recall of this modality of education since the colonial period until the contemporary period, responsibility primary of the Ministry of Education and Culture (MEC), and then of the Ministry of Labor and Employment (MTE). It discusses the public policies relevant to this modality, in the Education National Plan, in the National Curricular Guidelines for the technical vocational education at the high school level. – DCNEPTNM and the connections to the National Program to access the Technical Education and Employment (Pronatec). The study of this program considers deeply its foundation, social impact, its strategies of operation involving public and private member, and the public's financial resources. The methodology used was a bibliographic survey of the legal basis for these public policies and government actions. It finishes by signaling the distortions of the program and its main strategy, which is to be based on market solutions to the vocational education focusing on the needs of the Brazilian economics development.

Key words: Vocational education. National Curricular Guidelines. Pronatec. S System. Public financial.

## **SIGLAS**

ANPED.....	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BID.....	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES.....	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEFET.....	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL.....	Comissão Econômica para América Latina
CNE.....	Conselho Nacional de Educação
CNI.....	Confederação Nacional da Indústria
CONAE.....	Conferência Nacional de Educação
CUT.....	Central Única dos Trabalhadores
DCNEPTNM.....	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Profissional e Técnico em Nível Médio
DCNEM.....	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
DCNEP.....	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Profissionalizante
EJA.....	Educação de Jovens e Adultos
EPT.....	Educação Profissional e Tecnológica
E-TEC.....	Educação Profissional e Tecnológica à Distância
EUA.....	Estados Unidos da América
FAT.....	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIC.....	Formação Inicial e Continuada
FIES.....	Financiamento do Ensino Superior
FMI.....	Fundo Monetário Internacional
IDEB.....	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFET.....	Instituto Federal Ensino Técnico
INEP.....	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB.....Lei de Diretrizes e Bases  
 MEC.....Ministério da Educação e Cultura  
 MTE.....Ministério de Trabalho e Emprego  
 ORCALC.....Oficina Regional para Educação na América Latina e no Caribe  
 ONG.....Organização Não Governamental  
 PACTI.....Programa de Apoio Tecnológica da Indústria  
 PBQP.....Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade  
 PCI.....Programa de Competitividade Industrial  
 PCCR.....Plano de Cargos, Carreira e Remuneração  
 PDE.....Plano de Desenvolvimento da Educação  
 PIB.....Produto Interno Bruto  
 PIPMO.....Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra  
 PL.....Projeto de Lei  
 PLANFOR.....Plano Nacional de Educação Profissional  
 PNE.....Plano Nacional de Educação  
 PNQ.....Plano Nacional de Qualificação Profissional  
 PPP.....Parceria Público Privada  
 PROEJA.....Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos  
 PROEP.....Programa de Expansão da Educação Profissional  
 PROFUNIONARIO.....Curso Técnico de Formação para Funcionário da Educação  
 PRONATEC.....Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
 PT.....Partido dos Trabalhadores  
 SEBRAE.....Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa  
 SENAC.....Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI.....Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SENAR.....Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SENAT.....Serviço Nacional do Transporte  
SESC.....Serviço Social do Comércio  
SESCOOP.....Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo  
SESI.....Serviço Social da Indústria  
SETEC.....Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
SIAF.....Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo  
TCH.....Teoria do Capital Humano



## **SUMÁRIO**

MEMORIAL.....	10
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
Objetivos.....	16
Metodologia.....	17
 1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	19
1.1 O Trabalho como fundamento da produção social da vida.....	19
1.2 O dever do trabalho no Brasil.....	20
1.3 O trabalho no Brasil da República Velha.....	23
1.4 A industrialização e a Educação Profissional.....	24
1.5 Períodos recentes: a educação profissional nos governos Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma.....	30
 2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O PNE.....	38
2.1 O PNE na formação para o trabalho.....	43
 3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	47
3.1 - O significado e alcance do PRONATEC.....	49
3.2 - Para onde vai o PRONATEC.....	52
 CONCLUSÃO.....	58
 NOTAS.....	62
 REFERÊNCIAS.....	65

## MEMORIAL

Os trabalhadores me fascinam. O meu hábito de parar para ver as habilidades humanas transformando a natureza e criando coisas uteis vem da infância. Desde a convivência com o meu avô Antônio, seu "Totó", que foi um desses trabalhadores que muito cedo (14 anos) teve que sustentar a família. A necessidade lhe possibilitou – como a muitos do seu tempo – transformar-se num hábil faz tudo, foi: sapateiro, carpinteiro, pedreiro, pintor, agricultor, apicultor, jardineiro, um pescador que fazia os seus instrumentos de pesca, da rede a canoa, e ainda por muito tempo foi um comerciante, que quebrou varias vezes por sempre vender fiado a sua gente. Até um mestre fazedor de brinquedos foi. Em meados do século XX, em regiões de fronteira do Brasil, no Pantanal de Mato Grosso, saber fazer as coisas diferenciava as condições materiais da vida, conquistava respeito social e criava os vínculos comunitários.

Dos anos em Corumbá fui para viver nas grandes metrópoles e em 1977 cheguei pela primeira vez a UnB. No meio da maior e mais dura greve de estudantes no período da Ditadura Civil Militar. Nesse ano, o militar da Marinha - Capitão de Mar e Guerra - Reitor Jose Carlos Azevedo, impôs o seu poder expulsando alunos (muitos foram presos), perseguindo professores e servidores. Vários amigos e companheiros de movimento estudantil estavam entre eles. A universidade tornara-se uma decisiva escola da vida. Nessa época especial aprendi a importância da política, a necessidade da participação nas lutas sociais como um imperativo para se construir um sentido para a nossa vida na sociedade, no país.

Nos demais anos segui o caminho trilhado por muitos da minha geração, fui contribuir na construção dos instrumentos sociais que pudessem realizar os grandes anseios de mudança que aquela – a minha - juventude propunha. Fui fazer parte do esforço de décadas que construiu o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores.

Trabalhei como bancário no Banco do Brasil para poder estudar e acabei ficando toda a minha vida profissional. Foi um período rico, onde pude juntar profissão e

contribuição para o desenvolvimento do país, pois o banco de então tinha uma importante ação pelo desenvolvimento nacional. Porém, nos anos noventa tudo mudou para pior e a empresa voltou-se para o mercado, para a obtenção de lucros e nada mais.

Casei, tive três filhos, sendo militante sindical na categoria dos bancários. Anos de muitas lutas e dificuldades, mas também de um aprendizado precioso sobre o mundo em que vivemos e da imperiosa necessidade de sua transformação, sob pena da continuidade desta barbárie que é a sociedade capitalista.

Hoje atuo como educador popular junto a organizações de trabalhadores do campo e da cidade, onde contribuo - em diferentes espaços sociais - para a divulgação de um pensamento crítico e militante. Daí o sentido da minha volta a UnB nos anos 2000. Voltei para me aprimorar no campo em que trabalho exercendo a minha ação política. E, sem falsos elogios, foi uma alegria ter avançado nos conhecimentos dentro da faculdade de Educação da UnB.

**LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS**

Figura 1 – Gráfico de Distribuição de matrículas na Educação Básica por Dependência Administrativa.....	43
Figura 2 – Tabela PRONATEC – Metas por vagas por iniciativa.....	48
Figura 3 – Tabela de Empregos formais no Brasil.....	52
Figura 4 – Gráfico de Matrículas de Educação Profissional por Dependência Administrativa.....	54

## **INTRODUÇÃO**

Esta é uma monografia sobre Políticas Públicas de Educação, tendo como foco o Ensino Profissional e Técnico no Brasil contemporâneo, particularmente a política atual mais abrangente: o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego, PRONATEC.

Compreende um conjunto de reflexões teóricas sobre a educação para o trabalho, a partir das ações desenvolvidas por entes estatais e privadas. Resgata, brevemente, o percurso histórico do Brasil na modalidade do ensino profissional e técnico considerando a sua relação – inserção - num contexto internacional que sofreu importantes mudanças.

Busca-se apresentar uma síntese sobre o Ensino Profissional e Técnico à luz das políticas governamentais atuais, possibilitando assim uma fonte para posteriores investigações.

No segundo capítulo, começamos pela reflexão sobre os fundamentos da categoria trabalho. O seu aspecto fundante e impulsor da história humana, e neste sentido o seu valor positivo como um trabalho em geral que cria riquezas e transforma o mundo. Também, consideramos os trabalhos específicos, os particulares tipos de trabalho na construção das sociedades antigas, como trabalho escravo, na sociedade feudal, como trabalho servil, e na atual sociedade burguesa, como trabalho assalariado. Assinalando que nesta sociedade capitalista o trabalho visa um fim específico, que é ampliar o tamanho do capital ou em outros termos visa “valorizar o valor”, apropriado pelos capitalistas.

Passa-se então, ao papel do Estado, no Brasil, na educação dos trabalhadores ao longo da história. Levantando seus passos desde o período colonial e do Brasil Império, que se caracterizaram por pequenas iniciativas pautadas pela visão reducionista, de realização de uma capacitação “dos desvalidos da sorte”. Já no período da República Velha houve políticas públicas um pouco mais consistentes que redundaram na fundação das primeiras versões de escolas técnicas.

Entretanto, constata-se que é a partir dos anos 30, que o interesse das classes dominantes pela industrialização do Brasil como caminho de desenvolvimento combinada com a intervenção do Estado no campo da educação é que o ensino profissional ganha maior impulso. Inclusive contando com a participação do setor privado a partir da constituição do SENAI e, em seguida, de grande parte do Sistema S.

No período da Ditadura civil-militar, o EPT continuou atendendo os interesses imediatos dos segmentos empresariais, porém o desenvolvimento dos Institutos Federais conheceu um avanço importante, pois qualificou uma expressiva força de trabalho como técnicos de nível médio, que se fizeram necessários à expansão da economia nacional nos anos 60 e parte dos 70.

Nos anos 80 e 90, uma conjuntura de grandes mudanças internacionais, marcada por fortes crises econômica, sociais e políticas (fim dos países socialistas do leste europeu) impuseram ao mundo, de forma mais ou menos extensa/intensa, a depender das lutas sociais de cada país ou região, importantes mudanças em benefício do capitalismo como um todo. A síntese dessas mudanças ficou conhecida como a reestruturação produtiva e industrial, que consistiu num processo de compatibilização de mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, na redefinição de papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras, para atender às necessidades e garantias de lucratividade dos grandes monopólios internacionais. Neste processo, a introdução de novas tecnologias informatizadas desempenhou um papel fundamental. (BAUMGARTEN, 2002).

A partir das necessidades do grande capital internacional toda a sociabilidade dos países periféricos, como é o caso do Brasil, foi afetada. Além das mudanças mais “econômicas” – como as privatizações e a abertura do mercado nacional à concorrência internacional – também sofremos a pressão por mudanças no papel da educação para o trabalho. Agora, segundo formulações dos organismos multilaterais (Banco Mundial, BID, CEPAL, etc.) – agências disseminadoras dos interesses capitalistas - a estratégia para o desenvolvimento dos países exigia um trabalhador flexível e adaptado (com comportamentos adequados, poucos ou nenhum direito, etc.) as necessidade, também flexíveis, dos processos produtivos em tempos de acirrada competição internacional.

Assim, do governo Collor até o governo Dilma, o Brasil conheceu sucessivas políticas educacionais, na modalidade do EPT, que atendiam aos interesses econômicos imediatos das empresas combinados com uma crescente participação dos setores privados nessa modalidade. Para atender às necessidades do mercado o Estado apoiou soluções do próprio mercado.

O terceiro capítulo trata do PNE, Projeto de Lei N° 8035/2010, observando que o mesmo ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional. Estudando o projeto enviado pelo governo, segue os condicionantes verificados no Plano Nacional de Educação anterior, do governo FHC. Logo de início destaca-se que o financiamento público – como foi definido no CONAE 2010 – passa longe de garantir os 10% para a educação, e, mais, defende estratégias privatistas – com recursos públicos - como solução para o EPT.

Nas diretrizes do PNE constam os princípios disseminados pelos organismos multilaterais, que em essência visam diminuir a presença do Estado na oferta de matrículas e efetivar um ensino “eficiente” que prepare o aluno para assumir postos no mercado de trabalho, a partir das suas “competências e habilidades”. Tal como há muito, a dualidade entre o ensino médio e a qualificação profissional é mantida. Também, adequando-se ao discurso das agências internacionais, há uma negação do papel do professor, enquanto mediador do conhecimento e o aluno, (chega a prever a precarização dos contratos de trabalho de parte dos docentes no EPI, não indica plano de carreira, etc.) em benefício das tecnologias da informação e da comunicação.

No quarto capítulo, estuda-se o PRONATEC a partir do II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, realizado em Florianópolis, em 2012. Ao lado de muitos questionamentos sobre os rumos do EPT, particularmente com o PRONATEC, tivemos os representantes do MEC, governo Dilma, que nos deram um retrato da visão estratégica que aponta essa política pública na educação para o trabalho.

Observa-se que o PRONATEC articula-se, em concepção e diretriz, com as formulações do Plano Nacional de Educação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico Médio, pois estas convergem –

enquanto propósitos de mudanças na educação brasileira - com o movimento internacional acima citado, que se evidencia no PNE e na política curricular como estratégia ideológica de formação dos sujeitos para a sociabilidade contemporânea. (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 19)

Constata-se também que o governo segue apostando nos setores privados - como o viés estratégico - para a realização de cursos de curta duração para milhões de brasileiros. A qualidade é no mínimo duvidosa, e, mais, tal Formação Inicial e Continuada (FIC) não pode e não proporcionará os propagandeados aumentos da qualidade da força de trabalho, que contribuiriam para o aumento da produtividade da economia brasileira, o que, por sua vez, aumentaria a competitividade da mesma no mercado local e internacional.

Com o PRONATEC o governo mais uma vez – tal qual em outros setores da economia – aplica a sua estratégia de crescimento, implementando uma Parceria Público Privada (PPP) de grande envergadura para realizar tarefas que somente poderiam ser adequadamente realizadas por entes públicos, que não são pautados pela busca do lucro e não operam ações nas bolsas de valores. Desconsiderando outros aspectos fundamentais como o princípio da educação ser um direito constitucional e não uma mercadoria.

Na conclusão, resumam-se os temas apresentados e desenvolvidos neste trabalho. Aponta-se algumas breves questões críticas sobre o sentido do programa, sobre a sua forma aligeirada, a sua conexão programática com o PNE e as Diretrizes Curriculares, a estratégia privatista para a sua implementação e a consequente criação de um novo mercado no campo da educação, embasadas nos elementos políticos e econômicos apresentados.

### **Objetivos**

Diante do exposto, este trabalho, pela necessidade de se conhecer aspectos históricos, legais e econômicos da construção de políticas públicas de educação tendo



como foco o Ensino Profissional e Técnico contemporâneo, a partir do estudo do caso PRONATEC, tem por objetivo:

Objetivo Geral:

- Refletir sobre a construção de Políticas Públicas em educação para o trabalho – Ensino Profissional e Técnico - partir do seu percurso histórico da instauração da República no Brasil até a atualidade com o PRONATEC.

Objetivos Específicos:

- Analisar criticamente a construção de políticas públicas de educação, considerando os interesses econômico-políticos que permeiam esse processo;
- Perceber o papel do Estado – via ação dos governos - e dos setores privados na implementação dessas políticas;
- Compreender o processo de construção do PRONATEC, apontando seus limites condicionantes e a sua possibilidade para a realização de um Ensino Profissional e Técnico de qualidade para milhões de pessoas.

### **Metodologia**

Toda pesquisa pressupõe a escolha de um método. De um caminho para se atingir um fim, ou, neste caso de estudo, de um procedimento para se atingir o conhecimento.

Nesta monografia procuramos utilizar o método materialista dialético e a pesquisa tem uma profundidade exploratória, a busca de uma visão geral do objeto. A análise, a interpretação dos fatos da realidade foi realizada considerando os elementos que permitem uma visão ampla do tema da pesquisa, as diferentes conexões que articulam e explicam determinado objeto.

Marx, no texto “Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política”, de 1859, nos indica o método na economia política, para a apreensão da realidade. Considera que ao estudarmos determinado aspecto visível do real - ponto de partida de

uma análise - devemos nos aprofundar nas suas conexões causais e, assim, o percurso teórico da reflexão deve realizar um movimento que pode ser resumido no extrato abaixo:

“Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços, etc. Por conseguinte, se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do conjunto. Por uma análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples. Aqui chegados, teríamos que empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população - desta vez não teríamos uma ideia caótica de todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações”. (MARX, 1996)

Acrescentamos sobre o método, a partir de Ciavatta e Ramos quando estes descrevem o seu alcance investigativo, como sendo um estudo que parte do:

(...) do pressuposto de que o real é um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido (Kosik, 1976). A posição da totalidade coloca-se em antítese ao empirismo e ao pragmatismo (...). Esses consideram as manifestações fenomênicas e causais como a própria realidade, não chegando a atingir a compreensão dos processos históricos da realidade. A posição da totalidade, ao contrário, compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a casualidade dos fenômenos, as conexões internas. Segundo Kosik (1976), cada fato ou conjunto de fatos, na sua essência, reflete toda a realidade com maior ou menor riqueza ou completude. Assim, a possibilidade de se conhecer a totalidade a partir das partes é dada pela possibilidade de se identificar os fatos ou conjunto de fatos que deponham mais sobre a essência do real; e, ainda, de distinguir o essencial do acessório, assim como o sentido objetivo dos fatos. (CIAVATTA; RAMOS, 2012. p.26)

A técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica, realizada a partir da leitura de vários livros, de documentos obtidos no Ministério da Educação Cultura e de uma ampla seleção de textos da Internet.

## **1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

A partir de quando devemos começar um levantamento sobre a história da educação profissional no Brasil? Nos tempos do Brasil Colônia ou antes? Já que as sociedades dos povos originários, nossos antepassados indígenas, não só trabalhavam com transmitiam o conhecimento desses processos para as gerações seguintes. Creio então que a resposta depende do que buscamos apreender em relação ao nosso objeto de estudo, que se situa no tempo contemporâneo.

Queremos compreender o Ensino Profissional atual, a educação voltada para o trabalho na sociedade capitalista moderna, brasileira. Para tal optamos em começar pelos fundamentos do trabalho, do trabalho em geral, que é o pressuposto em toda história dos humanos, e depois buscamos o novelo mais complexo e recente. Aquele que da forma geral molda uma forma específica, a forma social atual.

### **1.1 O Trabalho como fundamento da produção social da vida**

O processo social da produção material da vida é o movimento da historia humana. Ao longo do tempo os homens construíram diversas relações sociais que permitiram a sua sobrevivência e a evolução das suas condições materiais de vida até os dias atuais. Nesse movimento o trabalho foi e continua sendo a chave da produção dessas condições, portanto da produção da riqueza essencial ao devir humano.

Desde os primeiros passos na luta pela sobrevivência as necessidades materiais impuseram ações aos homens delineando a sua evolução. No clássico de Friedrich Engels “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” temos uma precisa compreensão da importância do trabalho para o homem – desde a fisiologia dos indivíduos a cultura - conforme os extratos abaixo.

Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu

esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini. (ENGELS, s.d., p. 270)

O trabalho como ação coletiva - fundamento social - começou com a elaboração de instrumentos para garantir a alimentação dos grupos nômades nos milhares de anos de nossa pré-história, depois seguiu evoluindo e proporcionando um contínuo de avanços nas quantidades e qualidades dos alimentos e outros produtos, criando as condições que permitiram o crescimento demográfico, a constituição das primeiras sociedades organizadas e o surgimento dos Estados. Assim: .

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. A caça e a pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. (ENGELS, s.d., p. 275)

Ao longo do tempo formas sociais mais complexas de produção conduziram a uma crescente divisão social do trabalho, onde, em geral, parte da população assumiu o controle dos meios e processos de produção e outras partes – maiores - conformaram a força de trabalho. Marx designou tais diferenciações sociais como sendo um processo histórico de constituição de camadas ou classes sociais distintas. Portanto, da constituição de sociedades com grupos de interesses contraditórios nos processos de produção, entre os que detinham o poder econômico-político e decidiam, e os que não tinham os meios de produção e trabalhavam para outros, conformando um antagonismo entre os que dominavam nas diversas sociedades ao longo da história e as suas respectivas camadas sociais subalternas. Nessas sociedades os interesses das camadas dominantes converteram-se nos elementos norteadores da produção social.

## **1.2 O dever do trabalho no Brasil**

Como o trabalho vem sendo realizado dentro de delimitadas relações sociais, devemos buscar o fio da história do trabalho no Brasil, da colônia até o atual modo de

produção capitalista, na história da Europa - da “Civilização Ocidental”-, pois foi aí o ponto de partida e de chegada à nossa modernidade, o contexto das mudanças das formas sociais do trabalho nos períodos colonial, Imperial até o Brasil republicano.

A Europa conheceu o modo de produção antigo, quando as relações sociais de produção eram baseadas em força de trabalho escrava, passou pelo modo de produção feudal, quando as relações sociais de produção eram baseadas na força de trabalho servil, até a Era Moderna, burguesa, definida pelo modo de produção capitalista, alicerçada na força de trabalho assalariada.

Pode-se afirmar que o trabalho em geral sempre esteve presente na história. Entretanto, essa trajetória foi marcada por conflitos e contradições sociais que levaram a diferentes formas sociais de organização do trabalho, logo, a rigor, se se pretende apreender o movimento histórico do trabalho não se deve partir do papel do trabalho em geral, mas sim dos trabalhos específicos, das suas formas sociais como trabalho escravo, trabalho servil e a predominante forma social do trabalho no modo de produção capitalista, o trabalho assalariado.

Como nos anteriores modos de produzir a vida humana, também no modo de produção capitalista, estão dadas certas condições específicas para o trabalho assalariado produzir a sobrevivência da nossa espécie. A primeira é que o trabalho está inserido num processo social voltado para a produção de mercadorias, visando à troca comercial para a obtenção de um valor (de mais valor, de mais-valia) maior que o inicialmente adiantado nesse processo. A segunda é que a distribuição dos meios dessa produção é delimitada socialmente; alguns dominam esses meios (terra, matérias primas, máquinas, etc.) e uma imensa maioria dispõe apenas da sua força de trabalho - capacidades física e intelectual - para essa mesma produção social de valores. A terceira é que no Capitalismo temos uma apropriação desigual dessa riqueza produzida. Os donos dos meios de produção ficam com o valor aumentado – donde tiram os seus lucros - e aos trabalhadores cabem os seus salários que, basicamente, visam garantir as suas sobrevivências. Portanto, o Capitalismo não é uma relação social organizada com o objetivo de atender às necessidades humanas, mas sim um

processo social de ampliação do capital, de obtenção sempre ampliada de mais valor (Marx.s.d.).

No seu estudo sobre o modo contemporâneo mundial de produção de capital, Marx o definiu como:

“A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o Capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve a autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo, se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido o seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador com meio direto de valorização do capital”. (MARX, 1984, p.105,6).

Decorrente dessas condições sociais delimitadas pela busca impositiva da ampliação do valor (de mais-valia) – da lucratividade nos negócios - os que controlam os meios de produção tem as melhores condições econômicas e políticas para definirem as condições gerais – para toda a sociedade - de como se organizam e se desenvolvem as formas e conteúdos do trabalho assalariado realizado nos seus processos privados de produção. Essa condição econômica-sócio-política é absolutamente dominante no Capitalismo contemporâneo, ainda que de formas mais ou menos impositivas nos diferentes países capitalistas, a depender das lutas sociais nessas distintas sociedades.

Essa compreensão materialista da história<sup>1</sup> é sintetizada nos termos de Marx como:

[...] O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual **se** levanta uma superestrutura jurídica e política, e qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. [...] (MARX, 1996b, p. 29, 30).

Entendemos que esses elementos acima, esse método de compreensão das mudanças e determinações na história das sociedades em geral nos permite avançar sobre as formas e os conteúdos adquiridos pela Educação Profissional (ou o ensino voltado para a qualificação para o trabalho assalariado), no Brasil, pois:

[...] como mostrou Marx na *Contribuição para crítica da economia política*, a história moderna e contemporânea é dominada pelo capital (Marx, 1973, p. 236). Não é possível, portanto, compreender radicalmente a história da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, a história da educação contemporânea sem compreender o movimento do capital (SAVIANI, 2002b, p. 17).

### **1.3 O trabalho no Brasil da República Velha**

O início da República entre outros aspectos marcou o fim – oficial – da forma escravagista de produção social de riquezas no Brasil. Após séculos de produção baseadas na força de trabalho escrava nos incorporamos – tardiamente em relação à maioria dos países do mundo – a forma especificamente capitalista de produção, o trabalho assalariado.

A transição entre a forma social anterior escrava e a contemporânea assalariada, especificamente capitalista, correspondeu a um desenvolvimento econômico-político-social do país que foi o da República Velha (1889-1930), fundamentado na produção agrária para a exportação e com reduzida produção industrial, para a República atual baseada na produção industrial em grande escala – nas cidades e no campo = voltada para a exportação e para o mercado interno.

Embora tenha havido vários processos educacionais – de pequeno alcance social se consideramos o tamanho da população no período - voltados para o ensino profissional primário e gratuito, o sentido geral desses foi de implantação de uma educação na perspectiva moralizadora - de formação do caráter (KUENZER, 2007. apud CANALI, 2009) - e assistencialista, para os “desvalidos da fortuna”, tal com nos períodos históricos anteriores.

Somente com o fim da República Velha, com a chamada “Revolução de 30” (FAUSTO, 1996), que se criam as condições sociais e políticas para a intervenção direta do Estado em vários aspectos sobre a questão do trabalho assalariado no Brasil.

Esse período histórico marcado por um complexo de acontecimentos nacionais e internacionais – destacando-se a violenta crise econômica internacional iniciada em outubro de 1929 - culminou numa divisão no interior das classes dominantes, que contrapôs a tradicional oligarquia rural a outros diversos setores que convergiram para a “Aliança Liberal” (RODRIGUES, 2007). A vitória deste movimento fechou o ciclo de predomínio político das oligarquias e abriu uma nova perspectiva de desenvolvimento econômico para o Brasil, pois ainda que de forma heterogênea, os setores vitoriosos apontavam a industrialização como o caminho adequado para o desenvolvimento nacional.

A “Era Vargas” (1930-1954) impôs “uma atuação econômica voltada à industrialização...” e uma ação social que procurava “... incorporar os trabalhadores urbanos à aliança de classe sob a proteção trabalhista promovida pelo Estado” (RODRIGUES, 2007). O papel do Estado tornou-se chave no desenvolvimento econômico em geral do país e a educação assumiu importância nesse processo.

#### **1.4 A industrialização e a Educação Profissional**

Em 2009 comemorou-se o centenário da educação profissional no país. O documento oficial (BRASIL, s.d.) a respeito faz um breve resgate da história dos processos educativos voltados especificamente para o trabalho. Registrou o período colonial, quando era “voltada para os índios e os escravos” e também o ensino especializado, criado pelas Casas de Fundação e Moeda de então, voltadas para “filhos de homens brancos empregados da própria casa”.

Ainda no fim do período colonial “foram criados os Centros de Aprendizagens de Ofícios nos Arsenais de Marinha no Brasil”. Porém, logo em seguida o desenvolvimento tecnológico foi “estagnado com a proibição da existência de fábricas” no Brasil, pelo “Alvará de 05.01.1785” (FONSECA, 1961, apud BRASIL, s.d., p.1).



No mesmo documento oficial (BRASIL, s.d.) observa-se que no período colonial e no período Imperial a aprendizagem dos “ofícios manufatureiros” se destinava “ao amparo da camada menos privilegiada da sociedade brasileira”, pois o trabalho era visto com condição de vida para escravos, os que de fato produziam a riqueza desses períodos. Com a chegada da família real portuguesa em 1808 cria-se o Colégio das Fábricas, “considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público”, também voltado para os “órfãos da casa Pia de Lisboa”, trazidos de Portugal.

No fim do Império o Brasil era pouco desenvolvido do ponto de vista industrial e apresentava o seguinte quadro sócio econômico:

Em 1889, ao final do período imperial e um ano após a abolição legal do trabalho escravo no país, o número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, com um total de aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas. (BRASIL.s.d.. p. 2).

Já na República, em 1906, o Sr. Nilo Peçanha na condição de governador do Estado do Rio de Janeiro criou quatro escolas profissionais e, posteriormente, como presidente da República, em 23 de setembro de 1909, através do Decreto nº 7.566, criou “dezenove Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito”, em várias unidades da federação e sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (BRASIL, s.d. p. 2). Ainda que essa formação mantivesse o objetivo de atender os “desfavorecidos da fortuna” (CUNHA, 2000) esse período consolidou uma perspectiva da necessidade de um ensino técnico-industrial no Brasil.

Porém, somente na Era Vargas é que a educação em geral ganha importância e a Educação Profissional avança. Em novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e neste se constituiu a Inspetoria Profissional Técnico – para supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices – que em seguida se transformou na Superintendência do Ensino Profissional, marcando o início de “... um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionado por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes”. (BRASIL, s.d.).

Nos anos 30, a crise econômica originada nos EUA mergulhou grande parte do mundo numa forte Depressão Econômica, atingindo o Brasil que diminuiu as suas exportações e sofreu um contingenciamento das suas importações. Essa situação internacional impôs limites às possibilidades de desenvolvimento via exportação agrícola e favoreceu as políticas de industrialização para o abastecimento do mercado interno, “por substituição das importações” (TAVARES, 1977. apud RODRIGUES, 2007, p. 165).

Em janeiro de 1937, o governo Vargas, promulgou a Lei nº378, que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices e a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz – então a única escola incumbida de formar professores para o ensino profissional no país – em Liceus Profissionais “com o objetivo de irradiar no país o ensino profissional em todos os ramos e graus” (AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012, p.28).

O avanço das políticas de desenvolvimento nacional via industrialização inscrevem na Constituição de 1937 os contornos legais de uma política estatal para a Educação Profissional, estabelecendo no artigo 129:

“O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumprir a execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.”. (BRASIL, s.d., p. 4).

Na década seguinte a Ditadura Vargas avança na modernização capitalista, estabelecendo novas condições para a qualificação de uma força de trabalho para a indústria. Entre 1942 e 1946 (já no governo Dutra, mas sob a influência de Vargas), cria o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e implementa um conjunto de reformas<sup>2</sup>, sob a iniciativa do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, que ficaram conhecidas como as “Leis Orgânicas do Ensino”. (RODRIGUES,2007).

Essa vasta legislação tinha como principais pontos:

- ▶ o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio;
- ▶ o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão;
- ▶ os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (BRASIL s.d., P.4).

Já a criação do SENAI teve uma dimensão mais duradoura e profícua como ação política educacional (RODRIGUES, 2007). A fundação deste sistema de escolas de aprendizagem e pré-aprendizagem industrial foi objeto de interesse direto da burguesia industrial, pois no primeiro decreto (em 1938) previa-se a administração delas pelos sindicatos dos trabalhadores em conjunto com os Ministérios da Educação e o do Trabalho, mas quando da sua efetiva implantação via o Decreto-Lei nº4.048 em janeiro de 1942, a responsabilidade da parte do Estado pelo SENAI já fora deslocada para o Ministério do Trabalho e a direção do sistema foi entregue a Confederação Nacional da Indústria, CNI<sup>3</sup>.

O SENAI foi criado com o objetivo de “organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários”, e também o “ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem” (RODRIGUES, 2007, p. 165). Com este sistema “... foi instaurado no Brasil o ensino industrial em larga escala”. (HERMES e NUNES, 1994, p. 37 apud RODRIGUES, 2007, p.166).

Em décadas de funcionamento o SENAI foi disseminado no país e ampliou o conteúdo de sua ação pedagógica até formação de tecnólogos. Abaixo podemos observar a síntese em números seus 71 anos de atuação:

Pelas 817 escolas fixas e móveis, que atendem 2.700 municípios em todo o país, já passaram mais de 58 milhões de estudantes. Apenas em 2012 foram realizadas mais de três milhões de matrículas em cursos que vão desde a formação inicial e continuada, nível técnico, graduação e pós-graduação tecnológica. E para aqueles que não têm tempo, a instituição oferece cursos a distância disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana. No ano passado, mais de 775 mil pessoas se matricularam na Educação a Distância. (CNI, 2013).

A ação pedagógica sob a direção do setor industrial seguiu sendo ampliada como política de Estado. Em junho de 1946 o então presidente Dutra baixou o Decreto-Lei 9.043, instituindo o Serviço Social da Indústria (SESI) e também o entregou a CNI. Esta organização foi inspirada na busca do controle da classe trabalhadora em tempos da “Guerra Fria”. O objetivo desta nova rede foi a de “conformar moral e civicamente a força de trabalho, funcionando como indutor da solidariedade de classes” (RODRIGUES, 2007, p. 168). Sua atuação abrange as áreas de educação, saúde, lazer e serviço social o que a situa como uma extensão da ação do SENAI. Estas políticas de Estado articulam uma verdadeira ação política pedagógica da burguesia industrial brasileira, pois:

A montagem do aparelho SENAI-SESI busca abarcar praticamente todas as facetas da formação humana da classe trabalhadora empregada na indústria: da formação profissional à formação moral e cívica, da higiene à cultura, da “defesa do salário real” ao lazer, da educação pré-escolar à solução dos problemas domésticos. (RODRIGUES, 2007, p. 168).

Também em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, o Serviço Social do Comércio – SESC e em 1990 foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, o Serviço Nacional do Transporte – SENAT, o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo – SESCOOP e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, - SEBRAE. O conjunto dessas organizações compôs o Sistema S.

As ações no campo da Educação Profissional, do período Vargas até o governo João Goulart, foram no sentido de estruturar o capitalismo nacional qualificando uma força de trabalho sob a orientação das necessidades da industrialização - pela “elevação global da produção e da produtividade do trabalho” (RODRIGUES, 2007, p. 172), para tal buscou-se controlar as organizações dos trabalhadores, com repressão e/ou convencimento via a difusão da ideologia da “conciliação de classes” pela a grandeza do Brasil.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) o país recebeu volumosos investimentos de capitais estrangeiros, particularmente no ramo metalúrgico com a implantação de grandes processos industriais de montagem de automóveis. Coerente

com esse desenvolvimento, no campo da educação é editado o Decreto-Lei 47.038, que “incorpora e regulamenta o Ensino Industrial” como um ramo do ensino médio, pensado como uma derivação do ensino secundário (AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012, p.29).

Em 1963, no Governo João Goulart, foi concebido o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, o PIPMO, porém o mesmo foi executado no período da Ditadura Militar. Visava à realização de cursos profissionalizantes para trabalhadores pouco escolarizados, com o encaminhamento para o emprego. Teve a sua origem no Ministério da Educação, mas em 1975 foi transferido para o Ministério do Trabalho e finalizado em 1982 (SANTOS, s.d.). Esse programa foi implementado num largo período em que se buscava – com políticas de Estado - um desenvolvimento nacional.

O PIPMO funcionava como uma agência de empregos que treinava o trabalhador e facilitava a procura do empresário. Esse programa

“foi o braço do Estado na execução das políticas de formação profissional para os segmentos da economia onde se fazia necessário mão-de-obra semiqualeificada e adestrada; e também em apoio a quase todas as políticas de governo que se relacionassem com treinamento, remanejamento, agenciamento de mão-de obra, além de controle e repressão”. (BARRADAS, 1986. apud SANTOS, s.d.).

Já no período da Ditadura Militar (1964-1985), tivemos o aprofundamento da lei anterior, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau “em consonância com as demandas do mercado de trabalho local ou regional”. Há pressa em formar técnicos e o número de matrículas nas Escolas Técnicas cresce acentuadamente.

Em 1978, o Governo Geisel com a Lei nº 6.545, de 30 de junho, transformou três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. , autorizando-os a “organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Produção”, com o objetivo de formar auxiliares e técnicos de nível médio, e também, em nível superior de graduação e pós, visando formar engenheiros industriais, tecnólogos e professores para trabalhar no

nível médio e tecnológico, processo esse que se estenderá a outras instituições muito mais tarde (AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012, p.29).

Após a Ditadura, no final do governo Sarney, o documento sobre “Realizações do Ministério da Educação – Período 85/90” comprova que a estratégia de formar técnicos “para se incorporarem aos processos produtivos e a prestação de serviços à população e para atuarem como força auxiliar as equipes de pesquisa e desenvolvimento tecnológico “(BRASIL, 1990. p.27, Apud AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012, p.29) mantém o caráter instrumental dessa modalidade de ensino, para os atendimentos das necessidades da industrialização”.

Passado várias décadas da sua implantação no Brasil, o ensino para o trabalho assalariado mantém um caráter dual, que separa o ensino profissional do propedêutico mantendo a especificidade daquele em atendimento às necessidades de produção de cada momento histórico. (AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012, p.29).

### **1.5 Períodos recentes: a educação profissional nos governos Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma**

As décadas de 80 e 90 foram marcadas por profundas mudanças econômicas e políticas no mundo capitalista e pelo fim do modo de produção conhecido como “Socialismo Real”, que deslocou centenas de milhões de trabalhadores para o mercado de trabalho especificamente capitalista, criando novos e gigantescos “chãos de fábrica” (MARTINS, 2006a), mas mantendo a arquitetura desigual de desenvolvimento capitalista, pois os países centrais – altamente desenvolvidos - continuaram detentores do principal da produção tecnológica - do conhecimento - e da riqueza e os países periféricos cresceram seus Produtos Internos Brutos (PIB) como produtores baseados em farta “mão de obra barata” – trabalho manual - para a montagem de mercadorias para a exportação (MARTINS, 2006b).

A partir dos países centrais foram delineadas reestruturações nos processos produtivos que estabeleceram padrões mundiais de produção competitiva, deslocaram parte da produção dos grandes monopólios do centro para os países periféricos, ampliaram o comércio mundial e impulsionaram a subordinação dos Estados nacionais aos interesses dos mercados locais e mundial. Essas transformações ficaram conhecidas como o período da Globalização

Essa reorganização capitalista em escala internacional foi de profundo alcance para a sociabilidade dos países. CASTIONI (2010, p.30), seguindo as reflexões de IANNI, aponta esse movimento mundial como “um processo expansionista e civilizatório; o Estado-Nação é subordinado a sociedade global”.

Desde esse período em vários países da América Latina, inclusive no Brasil, vem sendo realizadas fortes reestruturações produtivas, abertura das suas economias e reformas nos seus respectivos estados. Nesse contexto, a Educação adquiriu uma nova importância para o Capital, tornando-se uma espécie de “consenso geral” a visão dos organismos multilaterais de que os problemas nos países periféricos não seriam causados pela Globalização, mas sim por causa da:

“... incapacidade dos indivíduos identificarem nele novas oportunidades, uma vez que, com a abertura da economia ao capital, surgiram novas possibilidades de desenvolvimento e nelas estariam as novas chances abertas no mercado de trabalho por meio do conhecimento exigido para se operar em um contexto de novas tecnologias”. (...) “A resposta para os defensores do novo modelo tem que ser buscada nos indivíduos – a falta de educação (sic) -, é esta a nova ideologia que sustenta o debate no campo da educação hoje”. (CASTIONI, 2010, p.32).

Em apoio a essas mudanças, os organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI, BID, CEPAL, etc.), que há tempos já interviam no desenvolvimento econômico dos países periféricos, passam a atuar com maior ênfase no campo da educação, formulando políticas “com vistas a realizar nos países da América Latina e Caribe uma ampla reforma educacional”. (OLIVEIRA, 2003). Esse é o conteúdo do documento “*Transformacion productiva com equidad*” da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL -, de 1990, que pregava a “preparação de recursos humanos para a reestruturação das economias locais”, e também do documento da Oficina Regional

para a Educação na América Latina e no Caribe – ORCALC - enfim, todos passam a atuar na articulação da educação submetida à economia, com tal influência e “peso político” que:

Por essa razão, Frigotto e Ciavatta (2003, p. 96) afirmam que “os protagonistas dessas reformas seriam os organismos internacionais e regionais vinculados aos mecanismos de mercado e representantes encarregados, em última instância, de garantir a rentabilidade do sistema capital, das grandes corporações, das empresas transnacionais e das nações poderosas onde aquelas têm suas bases e matrizes”.(AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012, p.30).

Já no governo Collor foram lançadas as sementes das políticas públicas que instrumentalizavam a educação em prol da economia. Em fevereiro de 1991, foi lançado o Programa de Competitividade Industrial – PCI e no documento do governo constava a afirmação: “ *é necessário revisar o sistema educacional brasileiro, pois ficou constatado que a educação é um problema econômico e não social. É um problema que atrapalha a competitividade das empresas*” (CASTIONI, 2010, p. 197). Em setembro do mesmo ano surgiu o Programa de Apoio a Capacitação Tecnológica da Indústria – PACTI e, em novembro, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP.

Ao longo dos anos 90, na esteira da reestruturação produtiva e dos processos inerentes a Globalização foi sendo difundidas as ideias que balizaram o novo período na economia nacional, onde o fundamental na educação profissional era a formação da capacidade individual, da qualificação e da competência para o mercado de trabalho atual. Alicerçadas na Teoria do Capital Humano (psicologia behaviorista) dos anos 60 – agora com “cara nova”, com o foco centrado nos indivíduos e não nos países como fora na sua origem - conceitos como: aprender a aprender, estética da sensibilidade para a “empregabilidade, depois laboralidade, flexibilidade, etc.” (CASTIONI, 2010) foram se consolidando como valores explicativos para a inserção no mercado de trabalho na nova realidade do mundo globalizado. Nesse processo de difusão para a sociedade foi importante à constituição de espaços sociais (fórum capital/trabalho, organismos tripartites: governo / empresários / trabalhadores, etc.) de participação articulada dos atores sociais chaves: governo, empresários e representações dos trabalhadores.



Esses conteúdos tiveram uma difusão articulada que foi além das ações específicas dos organismos multilaterais. Envolveu os governos dos países em encontros internacionais que resultaram em formulações comuns para os seus respectivos países. No Brasil, tais formulações embasaram, inclusive, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio e o Ensino Profissional, como no caso:

O relatório Jaques Delors (1998), originado da Reunião Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO, influenciou esse movimento com a formulação das quatro grandes necessidades de aprendizagem ou os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. No Brasil, as DCNEM e as DCNEP, ambas baseadas em competências, tiveram como fundamento os princípios axiológicos expostos nas respectivas diretrizes, na verdade, uma releitura desses pilares. Nesse documento e em outros que orientaram as reformas, a principal finalidade da educação contemporânea seria a formação de personalidades flexíveis para a adaptação à realidade instável e incerta. A era das diretrizes coincide, assim, com a era das incertezas. (CIAVATTA; RAMOS, p.17, 2012).

As gestões governamentais de Itamar e FHC impuseram duras políticas econômicas – O Plano Real baseado em moeda forte e inflação baixa – no sentido do avanço da reestruturação produtiva combinada com a abertura do mercado nacional à competição internacional, nas privatizações em larga escala, nas reformas da administração pública que levaram a “perda pelo Estado do papel de ator principal na coordenação das políticas macroeconômicas” (CASTIONE, 2010, p.43). As consequências sociais foram dramáticas, pois com o aumento das importações e da competição no mercado nacional houve fechamento ou redução das empresas nacionais. A combinação desses diversos elementos provocou um forte crescimento do desemprego, do trabalho informal, da expansão da pobreza e da precarização do mercado de trabalho, por toda a década dos anos 90.

Porém o discurso governamental indicava outras causas para o desemprego. Apontava que as mudanças nos processos produtivos via tecnologia, reorganização do trabalho e emprego de trabalhadores polivalentes abolia as formas predominantes anteriores de produção – “fordista-taylorista” – que empregava “massas de trabalhadores”. A responsabilidade seria da falta de educação profissional moderna dos trabalhadores brasileiros, pois:

“Este novo sistema produtivo é intrinsecamente economizador de mão-de-obra não qualificada: uma série de funções repetitivas, antes executadas por trabalhadores, passa a ser cumpridas por equipamentos programáveis, o que resulta numa grande redução de postos de trabalho”. (BNDES, 1994, p. 7. Apud, CASTIONE, 2010, p. 57).

Nesse novo contexto mundial as mudanças no campo da educação profissional prosseguiram. Em 1994, o governo Itamar publica a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro que dispõe sobre a instituição do Sistema e do Conselho Nacional de Educação Tecnológica, e transforma, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação. Tal lei objetiva formar uma “força de trabalho qualificada requerida pelo sistema produtivo” (AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012, p.29). Essa compreensão é explicitada no documento “Balanço das realizações do MEC no primeiro trimestre de 1993”, onde se informa que a reforma visa “articular as Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas Técnicas Federais com os Serviços Nacionais de Aprendizagem Industriais, Comercial e Rural”, o sistema S mantido sob o controle direto do empresariado. (BRASIL, 1993. Apud AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012, p.30).

Em 1995, no governo FHC, foram lançadas as bases do Plano Nacional de Educação Profissional – PLANFOR, que foi executado ao longo dos seus dois mandatos sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Esse programa, voltado para trabalhadores desempregados, apoiado – para sua realização – em entidades empresariais, ONGs e, amplamente, pelas organizações representativas dos trabalhadores (como as centrais, federações e sindicatos) realizou ações de qualificação profissional que foram “*se constituindo como política pública e, no mesmo ato, produzindo um conjunto de normas e prescrições de comportamento demandado pelo setor produtivo*” (CASTIONI, 2010, p.253).

O PLANFOR não foi articulado com o sistema nacional de educação e “propiciou pouca elevação de escolaridade” (CASTIONI, 2010), porém teve um largo alcance, pois;

“Entre 1995 e 2001, 15,3 milhões fizeram cursos mobilizados pelo programa, sendo investidos nos últimos anos aproximadamente R\$ 2,3 bilhões, com atendimento dos 5.547 municípios brasileiros”. (MTE/SPPE-DEOP, 2001. Apud CASTIONI, 2010, p. 225).

Em 20 de novembro de 1996 - governo FHC - foi sancionada a Lei 9.394. Uma segunda LDB, que dispôs sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica. Esta evita o enfoque assistencialista e o preconceito social das primeiras legislações de educação profissional do país, propondo a inclusão social e a democratização dos bens sociais da sociedade, e também define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar. (AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012, p.31).

O Decreto 2.208/1997<sup>4</sup>, do governo FHC, desencadeou uma reforma no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica em atendimento às reivindicações dos setores produtivos privados (AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012, p.31), definindo uma educação de caráter fragmentada e apartada da educação regular e criando o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. Este programa entre 1998 e 2002, aprovou 302 projetos, sendo a maioria no chamado “segmento comunitário” – sindicatos de trabalhadores e instituições empresariais, ONGs - seguindo a orientação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, de *“aumentar a participação da sociedade na gestão da educação em detrimento do Estado”*. (CASTIONI, 2010, p. 239).

Nas diretrizes emanadas do Ministério da Educação, ficou patente a incorporação dos conceitos desenvolvidos no âmbito do Ministério do Trabalho com o PLANFOR. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, de outubro de 1998, que foram implementadas pela Resolução nº4, de dezembro de 1999, do Conselho Nacional de Educação \_ CNE, são *“... aprofundados os “conceitos” em voga exigidos do “novo trabalhador” como empregabilidade, substituindo por laboralidade, flexibilidade, etc.”*. (CASTIONI, 2010, p.187).

Em meio a essas mudanças da educação profissional, retoma-se em 1999 o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978.

Em 2004, já no governo Lula, institui-se um novo marco legal no campo da educação para o trabalho, com o Decreto 5.154, de 23 de junho, que revogou o 2.208/1997 (período FHC), “que separou o ensino médio do ensino técnico, mas não proibiu a concomitância e subsequência que já estava em prática” (CASTIONI, 2010, p.264). De modo que a fragmentação entre ensino técnico e geral continuou.

Tendo a capacitação da juventude para o trabalho como foco, no Governo Lula, foram lançadas várias ações como o: Projovem, Escola de Fábrica, Consórcio da Juventude, Juventude Cidadã, e também foi atualizada a Lei do Estágio e reorganizada a Lei da Aprendizagem. Essas ações foram setoriais e sem coordenação unificada que visaram atender:

“... algumas características da formação dos trabalhadores, mas não conseguiram se constituir num feixe de ações articuladas capazes de enfrentar um dos principais problemas do mercado de trabalho brasileiro: a baixa escolaridade dos trabalhadores”. (CASTIONI, 2010, p.261).

Ainda no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o PLANFOR foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ, porém as ações conduzidas por esse programa reproduziram os mesmos problemas existentes nos cursos do PLANFOR (CASTIONI, 2010, p.263). E o fato novo no período foi a entrada - via decretos - das representações dos trabalhadores, as Centrais Sindicais, para a gestão do Sistema S em março de 2006.

Entre 1909 a 2002 foram construídas 140 unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2005, com a publicação da Lei 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino (BRASIL, s.d.). Também nesse ano ocorre a transformação do CEFET - Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil.

Em 2006, com o Decreto 5.840 é instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena (BRASIL, s.d.). No

mesmo ano é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia disciplinando as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado, e também é realizada a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, com 2.761 participantes. Essa conferência foi precedida por conferências em 26 estados e no Distrito Federal. Foi a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história.

Em 2007, há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

No campo da formação para o trabalho - no MEC - foi lançada a Rede Certific (Portaria Interministerial Nº 1.082, de 20/11/2009), *“uma iniciativa que visa permitir a certificação do conhecimento adquirido pelos trabalhadores ao longo da vida, prevista pelo Artigo 41 de LDB”*. (CASTIONI, 2010, p.265).

Na atual gestão, governo Dilma, o MEC desenvolve os seguintes programas sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC): Programa Mulheres Mil; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec); Rede Certific; Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário).

Este breve resgate histórico procurou mostrar as políticas mais relevantes do Estado brasileiro, com os seus próprios instrumentos ou em parceria com entes privados, voltadas para Educação para o trabalho.

## **2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

Para refletirmos sobre a política pública da formação para o trabalho devemos compreender a visão governamental como um todo em relação à educação. A sua visão sistêmica, que deve ser expressa num Plano Nacional de Educação, balizada pela Constituição Federal, onde se prescreve que:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). (BRASIL, 1988)

Um longo processo de debates sobre os rumos necessários à educação no Brasil foi desenvolvido nas esferas públicas e na sociedade em geral, que culminaram na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em abril de 2010, sob estrita coordenação do MEC. Este evento contou com a representação do governo, dos empresários, dos trabalhadores, de profissionais da educação e estudantes, entre outros atores sociais. O objetivo maior - explicitado no Documento Final – era que as deliberações da Conae apontassem o “... horizonte para a formulação e materialização de políticas de Estado na educação, sobretudo, para a construção do novo Plano Nacional de Educação, período 2011-2020”. (CONAE, 2010). Porém, o PL apresentado no mesmo ano não refletiu o:

“... que a proposta de plano não traduz o conjunto das deliberações aprovadas pela Conferência Nacional de Educação (CONAE), apresentando limites na organização, concepção de metas, articulação entre metas e estratégias etc.”. (ANPEd, 2010).

Nesse contexto foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 8035 (PL 8035/2010), de dezembro de 2010, tratando do Plano Nacional de Educação (PNE

2011-2020). O mesmo já sofreu várias propostas de mudanças e tramita (junho/2013) no Senado Federal. O projeto foi apresentado com a seguinte redação:

#### PROJETO DE LEI Nº 8035/2010

Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE - 2011/2020) constante do Anexo desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição.

Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais;
- IV - melhoria da qualidade do ensino;
- V - formação para o trabalho;
- VI - promoção da sustentabilidade socioambiental;
- VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- IX - valorização dos profissionais da educação; e
- X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PNE - 2011/2020, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º A meta de ampliação progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência dessa Lei, podendo ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PNE - 2011/2020.

Art. 6º. A União deverá promover a realização de pelo menos duas conferências nacionais de educação até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PNE – 2011-2020 e subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação para o decênio 2021-2030.

Parágrafo único. O Fórum Nacional de Educação, a ser instituído no âmbito do Ministério da Educação, articulará e coordenará as Conferências Nacionais de Educação previstas no caput.

Art. 7º A consecução das metas do PNE - 2011/2020 e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 1º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem

a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 2º Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão prever mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PNE - 2011/2020 e dos planos previstos no art. 8º.

§ 3º A educação escolar indígena deverá ser implementada por meio de regime de colaboração específico que considere os territórios étnico-educacionais e de estratégias que levem em conta as especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade, promovendo a consulta prévia e informada a essas comunidades.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em Lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE - 2011/2020, no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º Os entes federados deverão estabelecer em seus respectivos planos de educação metas que considerem as necessidades específicas das populações do campo e de áreas remanescentes de quilombos, garantindo equidade educacional.

§ 2º Os entes federados deverão estabelecer em seus respectivos planos de educação metas que garantam o atendimento às necessidades educacionais específicas da educação especial, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE - 2011/2020 e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar.

§1º O IDEB é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, vinculado ao Ministério da Educação,

§2º O INEP empreenderá estudos para desenvolver outros indicadores de qualidade relativos ao corpo docente e à infraestrutura das escolas de educação básica.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. (BRASIL, 2010).

O Projeto de Lei foi apresentado pelo governo como um consistente avanço no planejamento da ampliação e da qualificação de educação brasileira. Superando os problemas apresentados pelo PNE anterior 2001-2010 (que não foi cumprido) da



gestão de Fernando Henrique Cardoso. No portal do MEC encontramos seguinte apresentação:

O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida.

Universalização e ampliação do acesso e atendimento em todos os níveis educacionais são metas mencionadas ao longo do projeto, bem como o incentivo à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral, avaliação e acompanhamento periódico e individualizado de todos os envolvidos na educação do país — estudantes, professores, profissionais, gestores e demais profissionais —, estímulo e expansão do estágio. O projeto estabelece ainda estratégias para alcançar a universalização do ensino de quatro a 17 anos, prevista na Emenda Constitucional nº 59 de 2009. (MEC, 2013).

Ao lado de saudáveis avanços como a universalização do ensino, do planejamento sistêmico, temos graves insuficiências para a real efetivação de várias metas, como por exemplo, a questão chave do financiamento da educação, da questão da responsabilização pelo cumprimento das metas, etc. Além disso, temos desvios ou lacunas em relação às deliberações da CONAE, em questões que são vitais para uma real mudança positiva na educação brasileira. A partir do documento crítico da ANPED, apontamos alguns dos princípios propostos no CONAE e “esquecidos” no PNE (2011-2020):

a) Ampliação de recursos para educação tendo como meta a aplicação de 10% do PIB em educação até 2020; b) destinação de recursos públicos exclusivamente para instituições públicas de ensino; c) gestão democrática do sistema de ensino e das instituições educativas tendo como instrumentos a eleição de diretores e a existência de Conselhos escolares ou colegiados deliberativos, dentre outros; d) necessidade do incremento da qualidade da escola mediante a adoção do custo-aluno qualidade como referência para o financiamento; e) respeito à pluralidade de ideias e concepções pedagógicas incentivando as escolas para a elaboração de seu projeto político-pedagógico; f) formação e Valorização dos/das Profissionais da Educação de forma inicial e continuada, mediante a instituição de Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), que garantam um Piso Salarial Profissional Nacional articulado ao custo-aluno qualidade, com garantias de jornada de trabalho em uma única instituição educativa, com tempo destinado à formação e

planejamento, com condições dignas de trabalho e definição de um número máximo de estudantes por turma e por professor; (ANPED, 2010)

Na verdade, seja pela ausência ou pela insuficiência, com esse PL 8035/2010 temos acima de tudo uma proposta política do governo do PT (Partido dos Trabalhadores), baseada num diagnóstico pragmático e com soluções dentro de certa perspectiva de desenvolvimento do país, que se sustenta numa estratégia de alianças políticas conservadoras visando a sua governabilidade (do PT) e sua permanência no poder executivo estatal. Nas questões do financiamento e da qualidade essa estratégia transparece conforme nos indicam:

“O texto inteiro peca por confundir qualidade da educação com sua suposta aferição por avaliações e exames nacionais padronizados. E ao pretender, de modo correto, atacar o problema fundamental da qualidade por meio de ações de valorização do magistério da educação básica (Meta 17), nenhuma das estratégias propostas parece ter efetividade. Por outro lado, estratégias que favorecem a iniciativa privada perpassam quase todas as metas, da educação infantil (Meta 1) à pós-graduação (Meta 14)”. (HORODYNSKI-MATSUSHIGUE; HELENE, 2011).

O favorecimento do setor privado, também ocorre na modalidade do Ensino Superior, licenciatura (estratégia 15.2) e pós-graduação stricto sensu (estratégia 14.3), via a estratégia de expansão do FIES – crédito público para a iniciativa privada - e na modalidade da educação profissional técnica de nível médio, pois a estratégia 11.6 propõe: “Expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior”. (HORODYNSKI-MATSUSHIGUE; HELENE, 2011).

Como já apontamos anteriormente; as empresas privadas são guiadas, necessariamente, pelo lucro o que colide frontalmente com a perspectiva de um ensino público universal, laico e de qualidade, tal como prescreve a nossa Constituição de 1988. Pelo contrário, achamos que “promover ainda mais a privatização de nosso sistema educacional acirrará os problemas e distorções já constatados”. (HORODYNSKI-MATSUSHIGUE; HELENE, 2011).

## **2.1 O PNE na formação para o trabalho**

No campo da formação para o trabalho (Artigo 2º, V), o PNE prevê as seguintes metas e estratégias nos eixos 10 e 11:

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Estratégias:

10.1) Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.

10.2) Fomentar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

10.3) Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação à distância.

10.4) Institucionalizar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

10.5) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

10.6) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

10.7) Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos integrada com a educação profissional.

10.8) Fomentar a diversificação curricular do ensino médio para jovens e adultos, integrando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características de jovens e adultos por meio de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores. (ANPEd, 2011).

Neste eixo deveria ser imperativa a ampliação do acesso dos jovens e adultos trabalhadores a uma formação integral de qualidade, que os prepare para o mundo do trabalho e não só para o mercado. Portanto, mais que fomentar é preciso basear num sistema público a educação profissional, incorporando as experiências já consolidadas de currículo integrado, dos atuais IFETs, e avançando nas redes públicas estaduais e

municipais. Para ampliar a oferta e as possibilidades de compreensão dos novos desafios postos para a escolarização do trabalhador no contexto atual. (ANPED, 2011).

Meta 11: Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

Estratégias:

11.1) Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.

11.3) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.

11.4) Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico.

11.5) Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

11.6) Expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecidas em instituições privadas de educação superior.

11.7) Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes públicas e privadas.

11.8) Estimular o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional, de acordo com as necessidades e interesses dos povos indígenas.

11.9) Expandir o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional para os povos do campo de acordo com os seus interesses e necessidades.

11.10) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos por professor para 20 (vinte), com base no incremento de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica. (ANPEd,2011)

Segundo o relatório da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC-MEC), a Rede Federal está presente em apenas 5% dos municípios brasileiros, representando pouco mais de 10% de toda a oferta de educação profissional técnica de nível médio. (BRASIL, 2011), portanto há uma profunda defasagem a ser superada. Faz-se necessária uma expansão forte e abrangente da rede pública que inverta a lógica de ampliação da oferta via entes privados, do dinheiro público provendo lucros privados. No aspecto da qualidade da educação profissional proposta, consideramos que as estratégias 11.3 (educação profissional à distância) e 11.4 (programas de certificação), no campo da educação profissional técnica de nível

médio, deveriam ser suspensas, pois no mínimo “carecem de um debate mais consistente quanto a sua adequação”. ( ANPEd,2011).

Por fim, ainda no aspecto da ampliação da rede pública (nos diversos níveis) que se combina com a questão do princípio republicano de financiamento - uso do dinheiro público somente para as instituições públicas - poder-se-ia acessar, assumir o controle, os equipamentos já existentes nas estruturas sob controle empresarial – Sistema S – que foram construídas com recursos públicos como, também, os das entidades sindicais na mesma situação. É inconcebível a continuidade da situação do Sistema S conforme o extrato abaixo de um estudo do Observatório Universitário:

“Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo (Siafi) revelam que o valor repassado pela União às cinco maiores entidades do Sistema S em 2006 representa mais do que o dobro recebido pelo Ministério da Educação para investir nas escolas técnicas. No ano passado, a pasta recebeu R\$1,8 bilhão para pagar todas as despesas de suas 71 escolas no país. Estas formam 160 mil técnicos, em cursos de dois anos, gratuitos.” (NUNES, et al.2009).

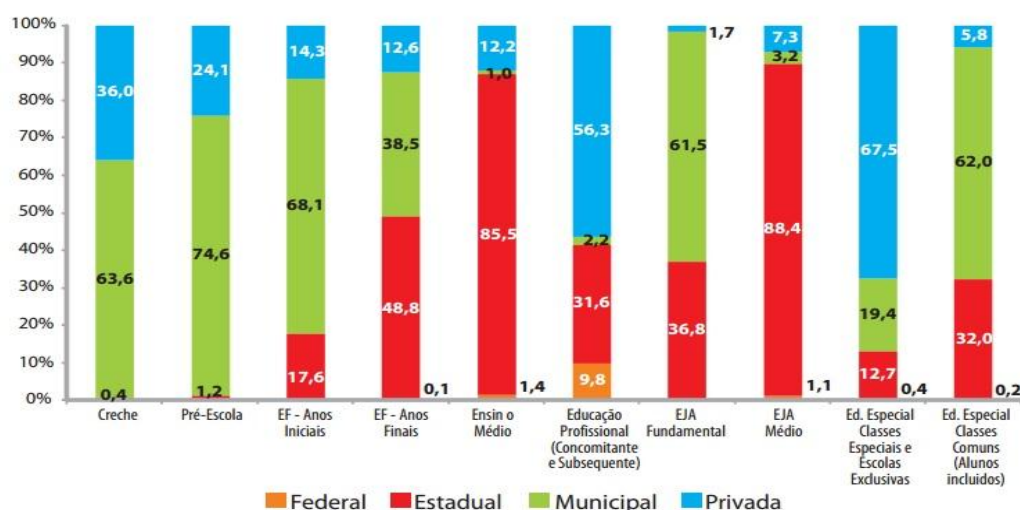
Em 2008, o governo federal fez um “acordo” com as Confederações patronais (CNI, CNC, etc.) pelo qual o SENAI, Sesi, Sesc e o SENAC (são parte do Sistema S) vão destinar percentuais crescentes das suas receitas para custear “vagas gratuitas” em cursos técnicos até atingir o índice de 66,66% para o SENAI e o SENAC, 33,33% para o Sesc e 16% para o Sesi, em 2014. Na verdade mais uma vez o governo cedeu aos interesses empresariais, pois não se tratam de vagas gratuitas. Elas são e serão custeadas com o dinheiro público e o restante 1/3 dos recursos públicos totais ainda permanecerá sob o controle do Sistema S. (JORNAL DA CIÊNCIA, 2008). Desde 2011, sob as diretrizes do PRONATEC, o acordo vem sendo ajustado e novos - e volumosos - recursos foram disponibilizados para esse sistema sob controle empresarial.

Um estudo privado sobre o mercado educacional brasileiro com dados de 2010, considerando o ensino privado - básico e superior – e o mercado editorial, avalia que o mesmo estava “entre os 10 maiores do mundo, com faturamento estimado em R\$53 a 55 bilhões por ano”. O mesmo estudo avalia o mercado potencial sobre o orçamento público – de 201 bilhões no total - (de produtos, serviços, cursos, etc. para entes em nível federal, estadual e municipal) em R\$ 60 bilhões de reais. (POTENCIA, 2013). Este

atraente mercado envolve grandes corporações nacionais, como por exemplo, o Grupo Positivo, OBJETIVO, Abril Educação, e internacionais como, por exemplo, a inglesa PEARSON, a espanhola SANTILLANA, os Fundos de Investimento *Advent* na Kroton e o *Private Equity* BR.

E, especificamente para o segmento do mercado do ensino técnico profissionalizante, outro estudo, da HOPER Educação (grupo de consultoria), estima o faturamento desse setor em 2,70 Bi em 2011, de 2,90 Bi em 2012 e de 3,10 Bilhões em 2013. (MASSI, 2013). Nesse estudo há o quadro abaixo sobre a distribuição de matrículas por dependência administrativa, que nos dá uma fotografia do avanço do setor privado no ensino profissionalizante em relação às outras modalidades:

### Distribuição de matrículas na Educação Básica por dependência administrativa



**Gráfico 3 – Distribuição Percentual da Matrícula na Educação Básica por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa – Brasil – 2011**

Fonte: MEC/Inep/Deed.

(MASSI, 2013).

A nossa análise do Plano Nacional de Educação (2011-2020) indica que esse projeto não garante ações consistentes no sentido de uma educação nacional para o trabalho, visando à qualidade e a integralidade dessa modalidade de ensino em uma ampla e abrangente rede pública. Nesse PNE, tal como em planos anteriores, a

dualidade do ensino e as estratégias privatistas estão mantidas e vem avançando com rapidez.

### **3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

No II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, que reuniu milhares de pessoas sob a consigna de: “Democratização, Emancipação e Sustentabilidade”, realizado entre 28 de maio a 1º de junho de 2012, na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, um importante painel das contradições, limites e possibilidades das políticas públicas nacionais sobre a educação para o trabalho foi debatido. O Fórum foi uma realização do Ministério da Educação e Cultura, Instituto Federal Santa Catarina e do Fórum Mundial de Educação. (II FÓRUM M.E.P.T. 2012)

Estiveram presentes nas palestras, conferências e debates, organizações internacionais, acadêmicos, estudantes, representações de instituições de ensino de vários níveis, de organizações privadas, de organizações dos trabalhadores e representantes do governo federal e dos governos estaduais. Um quadro dispare que apareceu na diversidade das análises sobre essa modalidade de educação, a sua importância para o desenvolvimento das nações e para o desenvolvimento humano. E, principalmente, houve um aceso debate sobre as propostas do governo federal para o Ensino Profissional e Tecnológico.

O Ministro da Educação Aluísio Mercadante expôs um sintético quadro estatístico geral das demandas e propostas para a educação brasileira como um todo. Na modalidade do Ensino Profissional e Tecnológico enalteceu a perspectiva positiva, segundo ele, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o PRONATEC, que deverá oferecer 8 milhões de vagas a partir dos programas Bolsa Formação, FIES Técnico e Empresa, Expansão da Rede Federal, E-TEC Brasil, Brasil Profissionalizado e da “Continuidade do Acordo com o Sistema S”. (MERCADANTE, 2012).

A carta final do II Fórum proclamou os seguintes princípios como norteadores da sua agenda:

1. Garantir a Educação Profissional e Tecnológica voltada para jovens e adultos, trabalhadores e trabalhadoras, como política pública que possibilite a inclusão crítica de todas as pessoas nos processos de construção democrática da sociedade.

2. Conclamar a sociedade para atuar na organização, mobilização e convencimento do processo de construção das políticas públicas necessárias à Educação Profissional e Tecnológica.

3. Reafirmar o direito universal e inalienável de homens e mulheres à educação emancipadora, inclusiva e solidária, combatendo sua mercantilização.

4. Reconhecer e valorizar a diversidade dos saberes populares, dos saberes construídos no trabalho pelos povos originários, comunidades quilombolas, povos da floresta e outros, incorporando-os na construção dos currículos escolares.

5. Entender que em um mundo permeado pela tecnociência, o que nos toca mais fundo é ainda a emoção tecida e reconfigurada em sua rede de interações.

6. Considerar o ser humano na sua totalidade, preparando-o para o exercício da cidadania, com base na ciência, tecnologia, cultura e trabalho, mediante processos de educação integral, ambiental, inclusiva, tecnológica, transversal e estruturante, potencialmente transformadores.

7. Exigir e promover a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, o respeito aos seus direitos e a garantia de condições dignas de trabalho.

8. Mobilizar a juventude a se articular com os diferentes agentes sociais na construção de uma sociedade solidária e sem preconceitos, na busca de outro mundo possível.

9. Reconhecer que é legítimo o direito à vida e à felicidade e defender a inovação, a ciência e a tecnologia social como instrumentos nessa conquista.

10. Garantir que na educação, como instrumento construtor da pedagogia da paz, estabeleça-se uma concepção crítica da relação entre as pessoas e o meio ambiente, como condição de sobrevivência planetária.

11. Construir a educação ao longo da vida em sintonia com os vários espaços, nos tempos da escola e nos tempos livres, considerando todos os ambientes, reais e virtuais, em que as pessoas vivem. (II FÓRUM M.E.P.T. 2012).

Como é comum a todo evento dessa magnitude, que é pautado pela diversidade contraditória em relação às questões fundamentais que balizam o tema central, no caso a Educação Profissional e Tecnológica, a carta final divulgou um consenso genérico e positivo, que pode ser sintetizado na formulação do item 10 acima: "... educação, com instrumento construtor da pedagogia da paz". Porém, para compreendermos melhor os rumos que esta sendo implementado pelo governo nessa modalidade em particular precisamos ir além.



### **3.1 O significado e alcance do PRONATEC**

No mesmo II Fórum, o Coordenador Geral de Planejamento e Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) fez uma palestra sobre o PRONATEC que nos permite avaliar o principal projeto do governo Dilma, para a modalidade de Ensino Profissional e Tecnológico. A apresentação delineou os seguintes objetivos:

- Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- Estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. (FERES, 2012).

O público alvo do PRONATEC são os:

- Estudantes
- Estudantes do ensino médio das redes públicas (Bolsa formação estudante)
- Estudantes do ensino técnico da rede federal e das redes estaduais de EPT (Brasil Profissionalizado)
- Estudantes do ensino técnico à distância (rede ETEC)
- Estudantes da educação de jovens e adultos (EJA)
- Trabalhadores e Beneficiários dos Programas Federais de Transferência de Renda
- Beneficiários da Bolsa-Família (Pronatec Brasil sem Miséria)
- Profissionais do setor de turismo, hospitalidade e lazer (Pronatec Copa).
- Beneficiários do Seguro-desemprego (Bolsa-formação seguro desemprego)
- Pessoas com deficiência (transversal)
- Jovens e trabalhadores do campo (Pronacampo)
- Jovens em conflito com a lei
- Praças e atiradores de tiros de guerra
- Mulheres em situação de vulnerabilidade social (Mulheres Mil)
- Empregados (FIES Empresa) (FERES 2012).

A realização do programa se dará através da seguinte rede de ofertantes:

- Rede Federal de Educação Profissional
- Redes Estaduais de Educação Profissional
- Redes do Sistema “S”
- Rede Privada sem fins lucrativos – habilitação prévia; atuação de forma complementar às demais redes. (FERES, 2012).

E os seguintes programas materializarão as Iniciativas do PRONATEC:

- Bolsa-Formação Estudante e Trabalhador
- FIES Técnico e Empresa
- Expansão da Rede Federal de EPT
- Expansão das Redes Estaduais de EPT (Brasil Profissionalizado)
- Educação Profissional e Tecnológica à Distância (E-TEC)
- Continuidade do Acordo do Sistema “S”. (FERES, 2012).

E o PRONATEC pode ser sintetizado, quanto às metas de vagas por Iniciativa, no quadro abaixo da apresentação do Coordenador Geral SETEC/MEC:

## PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

### Metas de Vagas por Iniciativa

CURSOS TÉCNICOS	2011	2012	2013	2014	Total 2011-2014
Total Bolsa Formação Estudante	9.415	99.149	151.313	151.313	411.190
Brasil Profissionalizado	33.295	90.563	172.321	233.781	529.960
E-TEC Brasil	74.000	150.000	200.000	250.000	674.000
Continuidade do Acordo Sistema S	56.416	76.119	110.545	161.389	404.469
Total Rede Federal de EPCT	72.000	79.560	90.360	101.160	343.080
<b>Total</b>	<b>245.126</b>	<b>495.391</b>	<b>724.539</b>	<b>897.643</b>	<b>2.362.699</b>

CURSOS FIC	2011	2012	2013	2014	Total 2011-2014
Total Bolsa Formação Trabalhador	226.421	590.937	743.717	1.013.027	2.574.102
Continuidade do Acordo Sistema S	421.723	570.020	821.965	1.194.266	3.007.974
<b>Total</b>	<b>648.144</b>	<b>1.160.957</b>	<b>1.565.682</b>	<b>2.207.293</b>	<b>5.582.076</b>

<b>TOTAL</b>	<b>893.270</b>	<b>1.656.348</b>	<b>2.290.221</b>	<b>3.104.936</b>	<b>7.944.775</b>
--------------	----------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Importa esclarecer o que são os programas articulados para viabilizar o PRONATEC. Para tal temos: **Brasil Profissionalizado**, que visa financiar a expansão das redes estaduais de educação profissional e tecnológica; a Bolsa **Formação** que oferece vagas gratuitas de Educação Profissional e Tecnológica, nas modalidades de Bolsa-Formação Trabalhador, que oferecerá cursos de Formação Inicial e Continuada-FIC (cursos de curta duração, com 160 horas-aula ou mais) para beneficiários do seguro-desemprego e dos programas de inclusão produtiva do Governo Federal e a Bolsa-Formação Estudante, que oferecerá cursos técnicos (de maior duração, pelo menos 800 horas-aula) para estudantes. Com as recentes mudanças legais ambas as modalidades serão executadas pelas redes públicas e privadas (neste caso, principalmente, pelo SENAI e pelo SENAC); **O FIES Técnico e Empresa**, que significa a incorporação das instituições privadas de ensino superior e escolas privadas de educação tecnológica ao Pronatec, com pleno acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Este tem duas linhas de crédito, uma para que estudantes possam realizar cursos técnicos e outra para empresas que desejem oferecer cursos técnicos ou de Formação Inicial e Continuada (FIC) a seus funcionários ou à comunidade. ; **Educação Profissional e Tecnológica à Distância (E-TEC)** que amplia a EPT pela modalidade de cursos à distância a partir de centenas de polos pelo país; a **Expansão da rede federal de EPT** (que envolve os Institutos Federais, Escolas Vinculadas, CEFETs e a rede do Colégio Pedro II), que visa atingir 562 unidades até 2014, com potencial de atendimento de 600 mil estudantes; **Continuidade do Acordo do Sistema “S”**, que significa a ampliação do aporte de recursos públicos nas entidades desse sistema – como os 1,5 Bilhões do BNDES para a construção de 23 Institutos de Inovação e 38 Institutos de tecnologia, divulgado pelo ministro Mercadante ainda no II Fórum -, e a entrada do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) no PRONATEC. Essas mudanças estão contempladas nas modificações que vem sofrendo o programa, possíveis de serem conferidas a partir da sua base legal<sup>5</sup>. (BRASIL, 2013).

### **3.2 Para onde vai o PRONATEC**

É preciso analisar o programa do governo como uma totalidade, uma visão estratégica do papel da educação profissional para o desenvolvimento do país, que expressa a sua unidade de conteúdo, de concepção e ações estruturantes, no conjunto das políticas públicas que se articula com o Plano Nacional de Educação – PNE (ainda tramitando no Congresso Nacional), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico Médio – DCNEPTNM (aprovado na Câmara de Educação Básica do CNE, Resolução nº6, de 20.09.2012) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC (Lei nº 12.513/2011).

No Plano de Educação Nacional temos a recusa da proposta proveniente da CONAE, referente ao aumento do financiamento da educação para 10% do PIB, e, como alternativa, anuncia PPPs (parcerias público privado) para todos os níveis e modalidades da educação brasileira, assumindo como pressuposto verdadeiro que o Estado é incapaz de garantir o direito à educação pública, gratuita e igualitária para todos, em todos os níveis e modalidades, inclusive no Ensino Médio e no Ensino Profissional. Como acima já registrado, o PNE aponta para a participação de entes privados na ampliação da oferta de matrículas no Ensino Profissional, particularmente via o Sistema S.

No caso das Diretrizes Curriculares, acima citada observamos que a legislação define já no capítulo 1 que:

(...)

Capítulo I

Objeto e Finalidade

Art. 1º A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, entende-se por Diretriz o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive fazendo uso da certificação profissional de cursos.

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica, nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB), alterada pela Lei nº 11.741/2008, abrange os cursos de:

I - formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Parágrafo único. As instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para o trabalho, entre os quais estão incluídos os cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando-se a matrícula à capacidade de aproveitamento dos educandos e não necessariamente aos correspondentes níveis de escolaridade. (BRASIL, 2012)

Destaca-se que a resolução acima estabelece que a formação inicial e continuada - FIC- é parte da educação profissional e tecnológica, e os cursos nessa modalidade (curta duração, sem exigência de escolaridade) devem ser oferecidos em todos os níveis, pelas instituições públicas e privadas. Ocorre que, segundo matéria do Jornal Valor Econômico (2013), temos:

“Cerca de 70% das matrículas do Pronatec são de cursos de formação inicial e continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas e baixa exigência de escolaridade. O restante das vagas é dos programas com carga horária mínima de 800horas, sendo residuais as inscrições em cursos técnicos integrados ao ensino médio, cuja carga supera 2 mil horas – três a quatro anos de duração”. (MÁXIMO, 2013).

Na mesma matéria o secretário de Educação Profissional e Tecnológica (Sete-MEC), citado como “piloto do Pronatec no MEC e grande defensor do modelo de parcerias do plano”, responde às críticas de que o programa prioriza uma “qualificação acelerada” em detrimento da elevação da escolaridade com o argumento de obstáculo financeiro, pois:

“o gasto anual por aluno de escola técnica federal é superior a R\$ 8 mil, enquanto o custo-aluno anual do Pronatec dependendo da carga horária e da complexidade do curso pode ser até oito vezes menor, conforme cálculos aproximados baseados no plano”. (MÁXIMO, 2013).

Logo, a estratégia governamental privilegia a modalidade formação inicial e continuada-FIC, que deve responder por cerca de 70% do total do programa.

Assim nas Diretrizes Curriculares Nacionais Educação Profissional e Técnica no Nível Médio, está prevista e é praticada em larga escala a concepção de Educação Profissional dos tempos de FHC que separa o Ensino Médio do Ensino Profissional, e assim a dualidade se mantém, pois a modalidade integrada é “residual”. Nas diretrizes também estão presentes: a ênfase da educação profissional centrada na dimensão econômica, tomando o mercado como regulador da sociabilidade humana; um currículo centrado na pedagogia das competências, no empreendedorismo e a modalidade EJA: mantém carga horária da educação geral.

Não é ao acaso que na apresentação do representante do MEC, Marcelo Feres, por ocasião do II Fórum de Florianópolis, acima detalhado, conste o quadro abaixo que descreve as ocupações que mais geraram empregos formais no Brasil, em 2010:

### Empregos formais no Brasil

Famílias ocupacionais	(A) Estoque de empregos formais (em 2010)	(B) Diferença entre estoque de 2010 e estoque de 2009
Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	4.357.256	231.235
Operadores do comércio em lojas e mercados	3.100.852	216.580
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	1.255.997	141.743
Ajudantes de obras civis	973.002	134.127
Alimentadores de linhas de produção	874.068	97.952
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	500.763	84.016
Motoristas de veículos de cargas em geral	804.980	74.830
Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	740.694	74.351
Almoxarifes e armazenistas	508.662	67.375
Trabalhadores auxiliares nos serviços de alimentação	77.689	50.805
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta séries)	758.775	50.780
Garçons, <i>barmen</i> , copeiros e <i>sommeliers</i>	739.807	47.214
Trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas	983.406	46.923

(FERES, 2012)

Observamos que esse recorte cobre cerca de 1/3 do total de empregos formais no Brasil, em 2010, que foi de 44.068.355 (FERES, 2012), e que, excetuando a ocupação de Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta série), todas as demais se enquadram na modalidade de cursos FIC. Portanto, o foco não atende apenas ao aspecto dos limites financeiro, ele atende também a maior expansão de empregos que se deu no setor de serviços da economia brasileira, onde a qualificação exigida em geral pode ser rápida.

Ou seja, a absoluta predominância dos cursos FIC no PRONATEC, é coerente com a estratégia governamental - implementada nos últimos anos - de valorização real do salário mínimo em relação ao período do governo FHC. Porém, tanto este aumento, como a qualificação rápida atende a um grande público que no máximo, vem obtendo empregos de até dois salários mínimos, conforme podemos observar pela recente matéria do Jornal Valor (2013):

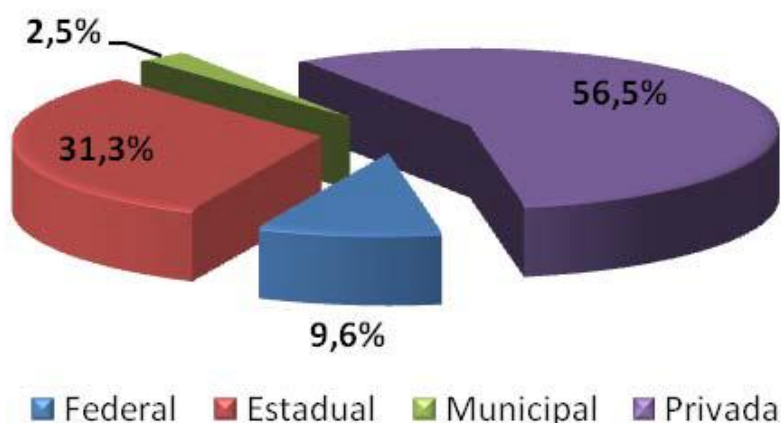
“Para João Saboia, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o avanço da formalização e a política de ganhos reais do mínimo dão mais proteção aos trabalhadores, mas a oferta de empregos, fortemente concentrada em postos que pagam até dois mínimos, é um ponto negativo do mercado de trabalho brasileiro, que, no entanto, não deve mudar. “Enquanto a geração de empregos estiver concentrada em setores que tradicionalmente não pagam bem, e a indústria perder postos, não podemos esperar outra coisa.” Ganz Lúcio, do Dieese, faz análise semelhante. Mesmo com os constantes reajustes do piso salarial acima da inflação, diz, o salário mínimo ainda é muito baixo. Com base no valor apurado pela cesta básica de janeiro, a entidade estima que o mínimo deveria ser de R\$ 2.674,88 ao mês, quase quatro vezes o valor de R\$ 678, que entrou em vigor no mês passado”. (MARTINS, 2013b)

Observamos também, que há um grande número de cursos FIC (são ofertados 443 cursos em 11 eixos tecnológicos pelo Guia de cursos PRONATEC) voltados para o setor industrial, como, por exemplo, o curso de 160 horas de Caldeireiro Naval, que realiza o seguinte trabalho:

“Confecciona, repara, instala e solda peças e elementos diversos em chapas, barras perfiladas e tubos de metais ferrosos e não ferrosos, trabalhando sob a supervisão de um especialista, de acordo com as normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Incompleto”. (BRASIL, 2013).

Na busca da meta de 8 milhões de matrículas em 2014 o PRONATEC, envolve dezenas de ministérios, governos estaduais, prefeituras e o setor privado, principalmente as organizações do Sistema S. O quadro da oferta de matrículas em 2010 foi o seguinte:

**Gráfico 9.3 - Matrículas de Educação Profissional por Dependência Administrativa  
Brasil - 2010**



(BRASIL, 2010)

Em busca da meta o governo vem disponibilizando crescentes recursos - transferências diretas, FIES, PROUNI, etc. - que devem chegar, em 2014, a 5,2 bilhões do orçamento próprio (na verdade são recursos públicos, pois os recolhimentos compulsórios das empresas são repassados aos preços das suas mercadorias) e mais 3 bilhões do BNDES (que é subsidiado pela união) para “financiar a compra de equipamentos, reforma e construção de novas escolas do SENAI” (MÁXIMO, 2013). No sentido de corresponder a essa demanda o Sr. Lucchesi, Diretor Geral do Departamento Nacional do SENAI, informou que: “o SENAI tem como meta dobrar de 2,1 milhões para quatro milhões seu número de matrícula até 2014 (...) para reformar as 900 escolas já existentes e construir mais 300”. (MARTINS, 2012a).

Avaliando a importância do ensino profissional em sua concepção, o Sr. Rafael Lucchesi, ao ser entrevistado pelo jornal Valor Econômico nos diz que:

"Nossa sociedade é marcada pela lógica academicista e bacharelesca. Está incutido na cabeça do jovem o sonho do diploma universitário e ele acaba fazendo um médio de nível duvidoso e indo para uma faculdade não muito boa, sendo que poderia desenvolver uma vocação técnica durante a escola, o que poderia garantir a ele um bom rendimento para, inclusive, financiar seus estudos com mais qualidade". (PROCURA, 2013).



Em outra matéria, o jornal VALOR registra uma palestra do Sr. Lucchesi, na qual avalia como correta a estratégia do PRONATEC, pois:

Em sua palestra, Lucchesi afirmou que há um desequilíbrio no sistema educacional brasileiro, causado pela falta de conhecimento sobre oportunidades de trabalho que não exigem curso superior. Segundo o presidente do Senai, apenas 6,6% dos 24 milhões jovens de 15 a 19 anos no país estão cursando o ensino médio e o profissional, concomitantemente, contra 42% na média de países que integram a OCDE. O índice de jovens que vai cursar uma faculdade após concluir o ensino médio, de acordo com Lucchesi, também é baixo: 14%. “A matriz educacional brasileira, além do problema de qualidade, tem todo seu conteúdo preparado como se todos os alunos fossem para a universidade, mas 86% deles não vão; e vão para o mercado de trabalho desarmados”, disse. Em sua avaliação, o Pronatec, do Ministério da Educação, é um bom programa de educação profissional, mas é preciso algo mais intenso para fazer frente ao gargalo de mão de obra que a indústria atravessa num contexto de redução da oferta de trabalhadores. (MARTINS, 2012a).

O PRONATEC veio para induzir a operacionalização do que é tratado no PL do PNE e nas DCNEPTNM. Orientado pela lógica de ampliação da formação profissional via o mercado (incentivando a formação de um novo mercado: o de ensino profissional), focou a sua estratégia no financiamento da expansão física da rede privada com recursos públicos, onde o Ensino Médio Integrado não é prioridade.

## **CONCLUSÃO**

Esta é uma reflexão sobre as perspectivas para a modalidade do Ensino Profissional no Brasil, tanto na qualificação como no nível técnico. Nesse sentido, procuramos resgatar a história dessa modalidade, particularmente a partir dos anos 30, quando o processo de industrialização – como a principal via para o desenvolvimento nacional - tornou-se a estratégia hegemônica entre as classes dominantes e nos aparelhos do Estado. Observamos que de uma política educacional de sucessivos governos, voltada para os interesses econômicos imediatos, temos hoje uma estratégia geral de realização do ensino profissional – predominantemente – pelo setor privado. E, nesse sentido, um mercado do ensino profissionalizante está se consolidando, agora sob os ditames dos interesses do capital.

Ao longo de oitenta anos o Brasil conheceu um forte processo de industrialização, crescimento demográfico e urbanização. Nesse período, a força de trabalho brasileira praticamente mudou do campo para as cidades. O Brasil conectou-se cada vez mais com o mundo do capital. E, na maior parte desses anos, procurando desenvolver-se por caminhos próprios, com políticas nacionais desenvolvimentistas, onde a educação em geral e o ensino para o trabalho em particular eram vistos como instrumentos a serviço dos interesses econômicos, das necessidades imediatas das empresas.

De forma que em sucessivos governos, desde a Ditadura Vargas até a Ditadura Civil Militar (1964-1985) e os anos de transição do governo Sarney, as mudanças operadas no ensino profissional nunca conseguiram avançar no sentido de uma educação mais densa, integrada – Ensino Médio e Profissional - com a qualidade necessária para o desenvolvimento humano. A positiva exceção foram os Institutos Técnicos Federais que lograram realizar um ensino médio técnico de qualidade para milhares de trabalhadores.

As lutas da classe trabalhadora brasileira, e nela os militantes por uma educação laica, universal e de qualidade, nos anos 80/90 nos deram grandes esperanças por

outros rumos na educação nacional. Os embates foram duros, significativo e muito dessas ações coletivas de alguma forma ainda permanecem.

Como a perspectiva da construção de uma educação politécnica – entendida como sendo uma educação unitária e universal que busque a superação da dualidade entre a cultura geral, o conhecimento acumulado historicamente pela sociedade, e a cultura especificamente técnica para os processos produtivos – que possibilitaria aos trabalhadores melhores condições para a compreensão da realidade sócio-econômica-política desta sociedade capitalista, capacitando-os para uma inserção crítica no mundo do trabalho e nas lutas sociais.

Porém, desde o período do governo Collor (anos 90) para cá muita coisa mudou. Primeiro no mundo e depois no Brasil. Frente às suas crises internacionais o capitalismo operou fortes reestruturações produtivas nos países centrais que, posteriormente, foram sendo disseminadas pelo mundo das economias periféricas. No mesmo período histórico, as sociabilidades alternativas – o mundo do “Socialismo Real” - ruíram junto com o “muro de Berlim”. Então, como o caminho de valores incontestes, as premissas políticas, econômicas e sociais da Globalização foram sendo impostas aos países do mundo. As Ideologias baseada nas teorias do capital humano conquistaram o planeta. Uns países resistiram mais e outros menos. No Brasil essa onda chegou arrasando em todos os campos, particularmente na “pregação” – em parte realizada - da redução do papel do Estado nacional em benefício do mercado.

O período do governo FHC (dois mandatos) institucionalizou, no campo do ensino profissional, a dualidade entre a qualificação aligeirada (como o PLANFOR) para muitos e o ensino médio mais denso para poucos, os objetivos econômicos eram claros. E assim, legislando em tempos de altos índices de desemprego, refluxo das lutas sociais e reestruturações produtivas visando o aumento da produtividade (considerada apenas na dimensão de uma produção de mercadorias cada vez maior na mesma unidade de tempo e custo) realizou-se um EPT com elementos básicos para o trabalho e que, ao mesmo tempo, inculcava a ideologia - condicionava comportamentos - de que a responsabilidade para a conquista de um emprego era do indivíduo (pela

competência, aprendendo a aprender, etc.) e não consequência dos rumos e contradições do próprio sistema capitalista.

Os tempos de governos Lula e Dilma prometiam muito, mas a esperança foi se desfazendo. Se não, vejamos a partir dos aspectos centrais da nossa crítica no campo do ensino profissional:

1. Tal como nos primórdios da República o ensino profissional e técnico é dirigido preferencialmente aos “desvalidos da sorte”. O EPT teria a responsabilidade de curar os males sociais, e nesse sentido deveria ser uma política pública e de interesse do Estado para reduzir as desigualdades sociais. Na verdade, dissimula sobre a natureza da dinâmica do crescimento econômico capitalista, que vem reafirmando também nesses governos Lula e Dilma, o que já é há muito sabido: o mercado não visa o desenvolvimento humano, inclusive no campo da educação, aliás, sequer considera que uma boa educação deva garantir um bom emprego; pelo contrário, quando há uma ampla “oferta” de trabalhadores qualificados para determinado processo produtivo o “mercado” tende a rebaixar os salários reais desses segmentos, e mais, em geral, o ingresso de novas tecnologias nas empresas visa, também, a diminuição do número de trabalhadores empregados.
2. O ensino proposto – predominantemente - via o PRONATEC é “aligeirado”, ou seja, baseia-se essencialmente em cursos de curta duração, que se apoia mais em tecnologias e comunicação e menos na qualidade dos professores – que são desvalorizados -, e assim realiza um EPT de duvidosa eficácia;
3. O Plano Nacional de Educação, até junho de 2013, não foi aprovado, mas já é possível avaliar suas premissas centrais, como a insuficiência do mínimo necessário de financiamento público (10% para educação indicados na CONAE de 2010), na pouca valorização dos profissionais da educação (no caso daqueles dedicados aos cursos de qualificação sequer o vínculo empregatício é garantido), e nas estratégias e metas centrais que visam privatizar a realização da EPT;
4. Nas Diretrizes Curriculares que, apesar dos discursos e formulações ambíguas sobre um possível ensino integrado, prevaleceram as formulações no EPT pela

continuidade do ensino dual, não integrado com o Ensino Médio. A tônica são os currículos flexíveis, fragmentados, modulares, com “itinerários educativos” – para uma produção flexível - que visam constituir um trabalhador flexível - aquele capaz de renovar permanentemente as suas competências. A chave é o trabalhador competente e adaptado, como prega a Teoria do Capital Humano;

5. O PRONATEC ao se apoiar numa estratégia centrada no ensino privado, privilegiando o Sistema S (que é considerado um exemplo em EPT pelos organismos multilaterais), com uma educação de baixa qualidade para grandes quantidades que pouco fica a dever – no aspecto econômico – a programas anteriores como o PLANFOR, que reconhecidamente (até pelo atual governo) não contribuíram para o desenvolvimento da economia. Essa EPT não garante ganhos de produtividade a partir de uma mão-de-obra mais qualificada;
6. O PRONATEC, alavanca ainda mais a mercantilização da educação no Brasil, pois cria um grande mercado para os grupos privados que visam o lucro no ensino.

Fica claro em nosso estudo que os recentes governos deram continuidade ao movimento internacional de subordinação das políticas dos Estados nacionais às exigências das agências multilaterais, com todas as suas condicionantes, à realização instrumental do EPT segundo os interesses da economia – privados - em todas as suas dimensões.

Entretanto, nem tudo está perdido. As lutas travadas pelos comprometidos com a educação universal, pública, laica e de qualidade de tem sido mantidas, com avanços e recuos é certo, mas sem nunca largar as suas bandeiras por uma escola politécnica, unitária, capaz de assegurar uma formação integral. A atuação de vários IFETs, a partir das ações profissionais dos seus trabalhadores da educação, com a interdisciplinaridade, nos mostra que existem outras possibilidades no campo do EPT – mesmo considerando os limites desta sociedade capitalista - que se aproximam de uma educação de qualidade, integrada ao conhecimento mais avançado produzido, que também vise o desenvolvimento humano e não apenas aos interesses do mercado.

## Notas

1. Segundo Engels, o materialismo histórico: “designa uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas mudanças dos modos de produção e de troca, na consequente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes”. MATERIALISMO HISTÓRICO. In: **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, ed. ZAHAR, 1988.

2. As leis orgânicas do ensino tiveram o seguinte percurso legal de criação: Decreto-lei 4.073/42 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); Decreto-lei 4.244/42 (Lei Orgânica do Ensino Secundário); Decreto-lei 6.141/43 (Lei Orgânica do Ensino Comercial); Decreto-lei 8.529/46 (Lei Orgânica do Ensino Primário); Decreto-lei 8.530/46 (Lei Orgânica do Ensino Normal); Decreto-lei 8.621 e 8.622/46 (criação do SENAC); e Decreto-lei 6.613/46 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola). (RODRIGUES,2007).

3. A Confederação Nacional da Indústria é, desde a sua fundação, uma das mais importantes e ativas organizações da burguesia industrial brasileira, inclusive no campo da educação. A CNI nasce composta por quatro federações - a Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (hoje município do Rio de Janeiro), a Federação das Indústrias Paulistas, a Federação das Indústrias de Minas Gerais e a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, em 1943. (RODRIGUES,2007).

4. DECRETO Nº 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004). (...)

Art. 1º A educação profissional tem por objetivos:

I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;

III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;

V - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Art. 2º A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

Art. 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Art. 4º A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.

§ 1º As instituições federais e as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, apoiadas financeiramente pelo Poder Público, que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico em sua programação, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como a trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.

§ 2º Aos que concluírem os cursos de educação profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional.

Art. 5º A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este.

Parágrafo único. As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% do total da carga horária mínima deste nível de ensino, poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exames específicos.

Art. 6º A formulação dos currículos plenos dos cursos do ensino técnico obedecerá ao seguinte:

I - o Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, estabelecerá diretrizes curriculares nacionais, constantes de carga horária mínima do curso, conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas, por área profissional;

II - os órgãos normativos do respectivo sistema de ensino complementarão as diretrizes definidas no âmbito nacional e estabelecerão seus currículos básicos, onde constarão as disciplinas e cargas horárias mínimas obrigatórias, conteúdos básicos, habilidades e competências, por área profissional;

III - o currículo básico, referido no inciso anterior, não poderá ultrapassar setenta por cento da carga horária mínima obrigatória, ficando reservado um percentual mínimo de trinta por cento para que os estabelecimentos de ensino, independente de autorização prévia, elejam disciplinas, conteúdos, habilidades e competências específicas da sua organização curricular;

§ 1º Poderão ser implementados currículos experimentais, não contemplados nas diretrizes curriculares nacionais, desde que previamente aprovados pelo sistema de ensino competente.

§ 2º Após avaliação da experiência e aprovação dos resultados pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, os cursos poderão ser regulamentados e seus diplomas passarão a ter validade nacional.

Art. 7º Para a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino técnico, deverão ser realizados estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores.

Parágrafo único. Para atualização permanente do perfil e das competências de que trata o *caput*, o Ministério da Educação e do Desporto criará mecanismos institucionalizados, com a participação de professores, empresários e trabalhadores.

Art. 8º Os currículos do ensino técnico serão estruturados em disciplinas, que poderão ser agrupadas sob a forma de módulos.

§ 1º No caso de o currículo estar organizado em módulos, estes poderão ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, dando direito, neste caso, a certificado de qualificação profissional.

§ 2º Poderá haver aproveitamento de estudos de disciplinas ou módulos cursados em uma habilitação específica para obtenção de habilitação diversa.

§ 3º Nos currículos organizados em módulos, para obtenção de habilitação, estes poderão ser cursados em diferentes instituições credenciadas pelo os sistemas federal e estadual, desde que o prazo entre a conclusão do primeiro e do último módulo não exceda cinco anos.

§ 4º O estabelecimento de ensino que conferiu o último certificado de qualificação profissional expedirá o diploma de técnico de nível médio, na habilitação profissional correspondente aos módulos cursados, desde que o interessado apresente o certificado de conclusão do ensino médio.

Art. 9º As disciplinas do currículo do ensino técnico serão ministradas por professores, instrutores e monitores selecionados, principalmente, em função de sua experiência profissional, que deverão ser preparados para o magistério, previamente ou em serviço, através de cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica.

Parágrafo único. Os programas especiais de formação pedagógica a que se refere o *caput* serão disciplinados em ato do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 10. Os cursos de nível superior, correspondentes à educação profissional de nível tecnológico, deverão ser estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, e conferirão diploma de Tecnólogo.

Art. 11. Os sistemas federal e estaduais de ensino implementarão, através de exames, certificação de competência, para fins de dispensa de disciplinas ou módulos em cursos de habilitação do ensino técnico.

Parágrafo único. O conjunto de certificados de competência equivalente a todas as disciplinas e módulos que integram uma habilitação profissional dará direito ao diploma correspondente de técnico de nível médio.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 1997).

5. PRONATEC - Base Legal Lei Nº 12.816, de 05 de junho de 2013 (PDF, 88 KB).

Altera as Leis nos 12.513, de 26 de outubro de 2011(Pronatec); 9.250, de 26 de dezembro de 1995(bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec); 8.212, de 24 de julho de 1991 (incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo); dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais.

Portaria Nº 362, de 26 de Abril de 2013 (PDF, 44 KB).

Dispõe sobre alteração no art. 74 da Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013.

Resolução Nº 8, de 20 de março de 2013 (PDF, 172KB).

Estabelece procedimentos para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal, a estados e municípios, por intermédio dos órgãos gestores da educação profissional e tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2013.

Resolução Nº 7, de 20 de março de 2013 (PDF, 164KB).

Estabelece procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos serviços nacionais de aprendizagem, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2013.

Resolução Nº 6, de 12 de março de 2013 (PDF, 92KB).

Altera a Resolução CD/FNDE nº 04, de 16 de março de 2012, que estabelece critérios e procedimentos para a descentralização de créditos orçamentários às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.

Portaria Nº 168, de 07 de março de 2013 (PDF, 232KB).

Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei no 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.

Portaria Nº 161, de 06 de março de 2013 (PDF, 120KB).

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil, na modalidade de educação profissional e tecnológica.

Portaria Nº 160, de 05 de março de 2013 (PDF, 140KB).

Dispõe sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, e dá outras providências.

Decreto Nº 7721, de 16 de abril de 2012 (PDF, 76KB).

Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas.

Portaria Nº 1.568, de 3 de Novembro de 2011 (PDF, 57KB).

Aprovar o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, disponibilizado no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação.

Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC altera as Leis n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, n. 8.121, de 24 de julho de 1991 e n. 10.260, de 12 de julho de 2001.

Decreto Nº 7.589, de 26 de Outubro de 2011.

Institui no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação à distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País. (BRASIL, 2013).



## **REFÊRENCIAS**

Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **POR UM PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2011-2020) COMO POLÍTICA DE ESTADO**. Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/app/webroot/files/PLANO%20NACIONAL%20Portal.pdf>

Acesso em: 28.05.2013.

AZEVEDO, Alberto Luiz; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: SUCESSIVAS REFORMAS PARA ATENDEM A QUEM? In: **B. Tec. SENAC: a Revista Educação Profissional**. Rio de Janeiro, v. 38, nº2, maio/agosto 2012. Disponível em:

<http://www.senac.br/media/20984/artigo3.pdf>>. Acesso em 25.05.2013

BAUMGARTEN Maíra. Reestruturação Produtiva e Industrial. In: CATTANI, Antônio D. **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2002. P. 267-271.

BRASIL. MEC, PORTAL. **CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**. Brasília, s. d.

Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>.

Acesso em: 25.05.2013

\_\_\_\_\_. MEC. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

**Resolução CNE/CEB nº 6**, de 20 de setembro de 2012 Brasília. 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866)>>. Acesso em:

25.06.2013.

\_\_\_\_\_. MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. **RESUMO TÉCNICO – CENSO ESCOLAR 2010**. Brasília. 2010. (versão preliminar) Disponível em: [https://www.google.com.br/#sclient=psy-ab&q=resumo+t%C3%A9cnico+%E2%80%93+censo+escolar+2010&oq=RESUMO+T%C3%A9CNICO+%E2%80%93+CENSO+ESCOLAR+2010&gs\\_l=serp.1.0.0i30l2.1213625.1213625.2.1217686.1.1.0.0.0.343.343.3-1.1.0...0.0.0.1c.2.17.psy-ab.gerpjPA7lpU&pbx=1&bav=on.2,or.r\\_qf.&fp=63822b4961a55c63&biw=1440&bih=756](https://www.google.com.br/#sclient=psy-ab&q=resumo+t%C3%A9cnico+%E2%80%93+censo+escolar+2010&oq=RESUMO+T%C3%A9CNICO+%E2%80%93+CENSO+ESCOLAR+2010&gs_l=serp.1.0.0i30l2.1213625.1213625.2.1217686.1.1.0.0.0.343.343.3-1.1.0...0.0.0.1c.2.17.psy-ab.gerpjPA7lpU&pbx=1&bav=on.2,or.r_qf.&fp=63822b4961a55c63&biw=1440&bih=756)> Acesso em: 26.06.2013

\_\_\_\_\_. MEC. PRONATEC. **Guia de Cursos**. Brasília, 2013.

Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/guia.pdf>>. Acesso em: 25.01.2013.

\_\_\_\_\_. MEC. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=16478&Itemid=1107](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107). Acesso em 12.06.2013

\_\_\_\_\_. MEC. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16478&Itemid=1107](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107) > Acesso em: 27.05.2013.

\_\_\_\_\_. MEC. **PRONATEC BASE LEGAL**. Brasília. 2013. Disponível em; <http://pronatec.mec.gov.br/institucional/base-legal>. Acesso em: 25.06.2013

\_\_\_\_\_. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14945&Itemid=1166](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14945&Itemid=1166)> Acesso em: 26.05.2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da Republica. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 26.05.2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da Republica. **DECRETO Nº 2.208**, DE 17 DE ABRIL DE 1997. Brasília, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>>. Acesso em: 26.06.2013

CANALI, Heloisa H.B. **A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**. In: V Simpósio da Educação. Belo Horizonte. FAE. UFMG. 2009. Disponível em: [http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete\\_old2/sites/default/files/C\\_Heloisa.pdf](http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete_old2/sites/default/files/C_Heloisa.pdf)>>. Acesso em: 25.05.2013.

CASTIONI, Remi. **Educação no Mundo do Trabalho: qualificação e competência**. São Paulo. Ed. Francis, 2010.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a01v17n49.pdf>>. Acesso em: 26.06.2013.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **SENAI é referência mundial em educação profissional**. São Paulo, 05 de abril 2013. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2013/04/1,12162/senai-e-referencia-mundial-em-educacao-profissional.html>>. Acesso em: 26.05.2013.

CONAE. Conferencia Nacional de Educação. **Documento Final**. Brasília, DF, 2010. Disponível em:  
[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf)  
 Acesso em 28.05.2013.

CUNHA, Luiz A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo. Ed. UNESP, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil** cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. São Paulo. SP. Ed. Edusp, 1996. Disponível em: [http://www.caccto.com.br/material/d00044/Material\\_6\\_E-MED\\_2A\\_195641.pdf](http://www.caccto.com.br/material/d00044/Material_6_E-MED_2A_195641.pdf)>. Acesso em: 25.05.2013.

FERES, Marcelo M. PRONATEC. In: **II Fórum Mundial Educação Profissional e Tecnológica**. 2012, Florianópolis. Anais, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://2sitefmept.ifsc.edu.br/index.php> Acesso em: 27.06.2013.

II Fórum Mundial Educação Profissional e Tecnológica. 2012, Florianópolis. **Anais**, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://2sitefmept.ifsc.edu.br/index.php> Acesso em: 27.06.2013.

GOVERNO desiste de acabar com autonomia do Sistema S. **Jornal da Ciência**. Publicado em 23.07.2008. Disponível em:  
<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=57503>> Acesso em: 25.05.2013.

HORODYNSKI - MATSSUSHIQUE, Lighia; HELENE, Otaviano. **Novo PNE não define qualidade da educação e tem viés privatista**. Revista Adusp n. 50, São Paulo, SP, 2011. Acessível em: <http://blogolitica.blogspot.com.br/2011/07/novo-pne-nao-define-qualidade-da.html#more>> Acesso em: 28.05.2013

MARTINS, Arícia. SENAI defende ensino técnico para enfrentar gargalo de mão de obra. **VALOR ECONÔMICO**. São Paulo, 06 nov. 2012a. Disponível em:  
<http://www.valor.com.br/brasil/2893292/senai-defende-ensino-tecnico-para-enfrentar-gargalo-de-mao-de-obra#ixzz2XnwdqZ8V> >. Acesso em: 25.06.2013.

MARTINS, Arícia. Abertura de vagas formais só cresce na faixa até 2 mínimos. **VALOR ECONÔMICO**. São Paulo, 14 fev. 2012b. Disponível em:  
<http://www.valor.com.br/brasil/3004724/abertura-de-vagas-formais-so-cresce-na-faixa-ate-2-minimos#ixzz2Xz0I2jim>>. Acesso em: 26.06.2013.

MARTINS, Jose. China, o sertão vai virar mar... **Crítica Semanal da Economia Política**, São Paulo, Ano 20 n. 36. Nov. 2006a.

MARTINS, Jose. Geografia política da globalização. **Crítica Semanal da Economia Política**, São Paulo, Ano 20 n. 32. Out.. 2006b.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Volume 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d.

MARX, K. Introdução a crítica da economia política. In: **Marx: os pensadores**. São Paulo; Nova Cultural, 1996. (Coleção os Pensadores).

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MASSI, Cosme. Educação Privada e Competitividade: Análise de conjuntura dos grandes grupos e do mercado. **REDE RCE**. Belo Horizonte, 2013.

Disponível em:

[http://www.rceonline.com.br/ckeditor\\_assets/attachments/125/palestra\\_cosme\\_rce.ppt](http://www.rceonline.com.br/ckeditor_assets/attachments/125/palestra_cosme_rce.ppt)>.

Acesso em: 26.01.2013.

MÁXIMO, Luciano. Brasil avança na educação técnica, mas foco é curso rápido.

**VALOR ECONÔMICO**. São Paulo, 25 mar. 2013. Disponível em:

<http://www.valor.com.br/brasil/3055938/brasil-avanca-na-educacao-tecnica-mas-foco-e-curso-rapido>>. Acesso em: 25.06.2013,

MERCADANTE, Aluísio. Educação no Brasil. In: **II Fórum Mundial Educação**

**Profissional e Tecnológica**. 2012, Florianópolis. Anais, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://2sitefmept.ifsc.edu.br/index.php> Acesso em: 27.06.2013.

NUNES, Edson; NOGUEIRA, André M. BARROSO, Helena M. FERNANDES, Ivanildo

R.; Dilemas da Política Regulatória para Educação Superior no Brasil: O caso do Sistema S. **Observatório Universitário**. Documento n°79, abril, 2009. Disponível em:

[http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos\\_de\\_trabalho/documentos\\_de\\_trabalho\\_79.pdf](http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_79.pdf) > Acesso em: 22.05.2013.

OLIVEIRA, Ramon. **A (Des) qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo. SP. Ed. Cortez, 2003.

POTENCIA VENTURES\_\_\_\_\_. **ESTUDO DE OPORTUNIDADES NO SETOR DE EDUCAÇÃO PARA NEGÓCIOS FOCADOS NA POPULAÇÃO DE BAIXA**

**RENDA**.2013. Disponível em: [http://porvir.org/wp-content/uploads/2013/06/Estudo-Oportunidades-de-Neg%C3%B3cios-em-Educa%C3%A7%C3%A3o\\_Porvir.pdf](http://porvir.org/wp-content/uploads/2013/06/Estudo-Oportunidades-de-Neg%C3%B3cios-em-Educa%C3%A7%C3%A3o_Porvir.pdf)>

Acesso em: 27.01.2013.

PROCURA por ensino médio profissional cresceu 50%%. **VALOR ECONÔMICO**, São Paulo, 22 mar. 2013. Disponível em:

<http://www.valor.com.br/brasil/3055940/procura-por-ensino-medio-profissional-cresceu-50>>. Acesso em: 27.06.2013.

RODRIGUES, Jose. “FORMAR HOMENS QUE O BRASIL NECESSITA, EIS A TAREFA DA EDUCAÇÃO”: O PENSAMENTO PEDAGÓGICO EMPRESARIAL

NA ERA VARGAS. In **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.26, p.160 –182 jun. 2007. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/26/art10\\_26.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/26/art10_26.pdf)>. Acesso em: 20.05.2013.

SANTOS, VALDETE S. **DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O EMPREGO, NO PIPMO, PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA A EMPREGABILIDADE, NO PLANFOR**. s.d. Disponível em: [ttp://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/480SimoneValdetedosSantos.pdf](http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/480SimoneValdetedosSantos.pdf). Acesso em: 13 abril 2013.

SAVIANI, Demerval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. SANFELICE. J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas-SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2002b. (Coleção educação contemporânea).